VERSÃO PÚBLICA

PLANCON

PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PROTECAO E DEFESA CIVIL

PICOS • PI



PREFEITURA PICOS
RECONSTRUINDO NOSSO FUTURO

Rua Marcos Parente, 155 - Centro - Picos - Piaui. CEP: 64.600-106

PLANO DE CONTINGÊNCIA

DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

VERSÃO PÚBLICA

2026

Pablo Dantas de Moura Santos
Prefeito

Cecília Maria Lavôr Néri
Vice-Prefeita Municipal

Camila de Sousa Luz
Secretaria Municipal de Defesa Civil

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL
EXECUTIVA CONSULTORIA & PROJETOS

Raimundo Coelho de Oliveira Filho
Economista
Coordenador Geral

Geania de Sousa Vera
Engenheira Agrônoma
Especialista em Riscos Ambientais

Marcélia Basto da Silva
Bióloga
Coordenadora de Planejamento

Ariell Henrique de Castro Bastos
Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo
Especialista em Geoprocessamento

Irisdaila Borges Barbosa
Admnistradora
Especialista em Gestão de Pessoas

Aracelle Costa e Araújo
Assistente Social
Especialista em Famílias e politicas Publicas

EXECUTIVA
CONSULTORIA & PROJETOS

Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil - Versão Pública
TÍTULO / CÓDIGO DO DOCUMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS - PI
CONTRATANTE

Contrato Inexig. nº 022/2026
CONTRATO

Executiva Consultoria & Projetos
ELABORAÇÃO / RESPONSÁVEL

DESCRIÇÃO

Este documento técnico, denominado **Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil** corresponde a versão final do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) do Município de Picos – PI, identificando as principais ameaças, vulnerabilidades e áreas de risco do município, subsidiando o planejamento das ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação, com o objetivo de reduzir os impactos dos desastres e proteger a população.

DEFESA CIVIL MUNICIPAL

PREFEITURA PICOS
RECONSTRUINDO NOSSO FUTURO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 5
2. INSTRUÇÕES PARA USO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO 5
3. FINALIDADE 6
4. FUNDAMENTOS E METODOLOGIA 6
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 6
5.1 Dados Gerais 6
5.2 População 7
5.3 Relevo 8
5.4 Hidrografia 8
5.5 O Regime de Chuvas e a Sazonalidade 9
5.6 Histórico de Desastres Naturais 11
5.8 Acidentes com Produtos Perigosos 13
5.9 Incêndios Florestais e Urbanos 14
6. PRINCIPAIS CONCEITOS 15
6.1 Desastre 15
6.2 Situação de emergência 15
6.3 Estado de calamidade pública 15
6.4 Ações de socorro 16
6.5 Ações de assistência às vítimas 16
6.6 Ações de restabelecimento de serviços essenciais 16
6.7 Ações de reconstrução 17
6.8 Ações de prevenção 17
7. DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO DE RISCOS 17
8. RISCO DE ALAGAMENTOS, INUNDAÇÕES, QUEDA DE BLOCOS E DESLIZAMENTOS 18
8.1 Simbologia 18
8.2 Resumo das áreas de risco 19
8.3 Classificação das Áreas de Risco em Picos (2026) 19
8.4 Detecção, avaliação e classificação das emergências 61
8.5. Órgãos envolvidos 64

Órgãos Municipais....64
Órgãos Estaduais....65
Órgãos Federais....65
Organizações não estatais....65
8.6 Ações e responsabilidades das instituições em caso de desastre por alagamento, inundações, queda de bloscos e deslizamentos....65
9. RISCO DE ESCASSEZ HÍDRICA....69
9.1 Detecção, avaliação e classificação das emergências....70
9.2 Ações e responsabilidades das instituições em caso de desastre por escassez hídrica .72
10. RISCO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS....74
10.1 Detecção, avaliação e classificação das emergências....75
10.2 Ações e responsabilidades das instituições em caso de desastre por incêndio florestal..77
11. RISCO DE ACIDENTE COM PRODUTOS PERIGOSOS....79
11.1 Detecção, avaliação e classificação das emergências....80
11.2 Ações e responsabilidades das instituições em caso de desastre por acidente com produtos perigosos....82
12 FLUXOGRAMA PARA ACIONAMENTO DO PLANCON....85
13 CONTATOS PARA ACIONAMENTO DO PLANO....86
14 ACIONAMENTO DOS RECURSOS....87
15. RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS....88
15.1 Escolas municipais....89
15.2 Escolas Estaduais....92
16 RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL....94
17. ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA....94
18. RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS....96
19. APROVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA....97
20. DIVULGAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA....98
21. OPERACIONALIZAÇÃO....99
22. REVISÃO DO PLANO....100
REFERÊNCIAS....101

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) estabelece o planejamento estratégico e operacional para o município de Picos - PI, registrando os procedimentos para ações de monitoramento, alerta, alarme, rotas de fuga, socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais. Este instrumento responde diretamente aos mandamentos da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), a qual atribui formalmente aos municípios a competência de elaborar planos de contingência locais para mitigar os impactos de desastres naturais e antropogênicos.

O intuito primordial deste documento é organizar, orientar, treinar e uniformizar as ações de resposta rápida do município de Picos diante de eventos adversos, otimizando as capacidades logísticas, humanas e materiais para a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente.

2. INSTRUÇÕES PARA USO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO

Para garantir a eficácia crônica deste plano e o alinhamento das equipes de campo, a Secretaria Municipal de Defesa Civil de Picos coordenará, obrigatoriamente, ao menos um exercício simulado conjunto por ano. Ao término de cada simulado, será emitido um Relatório de Avaliação Técnica detalhando o tempo de resposta, a eficácia dos procedimentos adotados, as dificuldades logísticas e operacionais encontradas pelas instituições parceiras e os pontos vulneráveis do plano que necessitam de revisão ou atualização. Sempre que os relatórios técnicos ou a ocorrência de eventos reais demonstrarem a necessidade de ajustes, a Secretaria Municipal de Defesa Civil convocará os órgãos integrantes para revisar o documento, e a nova versão atualizada será homologada e distribuída oficialmente a todas as instituições envolvidas para aplicação imediata.

3. FINALIDADE

O PLANCON de Picos - PI estabelece os procedimentos operacionais para os órgãos e instituições que atuam, de forma direta ou indireta, na resposta a emergências e desastres. O documento padroniza as ações dos órgãos signatários nas fases de monitoramento, alerta, alarme e resposta. Seu objetivo é garantir uma atuação coordenada diante de eventos adversos, sejam eles de origem natural, climática ou tecnológica, reduzindo danos e mitigando prejuízos ao município.

4. FUNDAMENTOS E METODOLOGIA

A formulação deste plano baseou-se nas diretrizes metodológicas estabelecidas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC) e no modelo estrutural de gestão de riscos municipais (BRASIL, 2021). O processo foi dividido em oito passos fundamentais: percepção de local de risco; constituição do Grupo de Trabalho (GT); análise detalhada dos cenários de risco; cadastro de capacidades e meios; definição das ações e matriz de responsabilidades; aprovação institucional; divulgação comunitária; estabelecimento de cronogramas para simulações e revisões periódicas.

O Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil de Picos será desenvolvido a partir da análise das avaliações e dos mapeamentos dos cenários de risco de desastre identificados como prováveis e relevantes, elaborados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

5.1 Dados Gerais

O Município de Picos, fundado em 12 de dezembro de 1890, é conhecido nacionalmente como “Capital do Mel”, em razão da relevância de sua produção apícola, sendo denominado “Cidade Modelo”. Sua localização estratégica e

expressiva atividade econômica lhe conferem uma importante função de polo regional, exercendo influência sobre diversos municípios do Centro-sul do Estado do Piauí, especialmente nos setores de comércio, saúde, educação e prestação de serviços. Picos integra a Região Geográfica do Sudeste Piauiense e está localizado a aproximadamente 310 km da capital, Teresina.

O município está situado a uma altitude média de cerca de 142 metros acima do nível do mar, e o clima predominante é o semiárido quente (classificação climática de *Köppen*), caracterizado por temperaturas elevadas, período seco prolongado e concentração das precipitações pluviométricas nos primeiros meses do ano. Essas condições climáticas influenciam diretamente a dinâmica ambiental do município e devem ser consideradas no planejamento das ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação diante de situações de risco e desastre (ALVARES et al., 2013).

5.2 População

A população de Picos é marcada por um dinamismo flutuante, já que a cidade recebe diariamente milhares de pessoas de municípios vizinhos para estudar, trabalhar ou buscar atendimento médico.

- População Residente: Estimada em aproximadamente 83.000 a 86.701 habitantes (com base nos dados consolidados do Censo do IBGE e projeções recentes), sendo o terceiro município mais populoso do Piauí (IBGE, 2022).
- Densidade Demográfica: 143,93 habitantes por quilômetro quadrado, considerada alta para os padrões regionais, concentrando a maior parte da população na zona urbana.
- Perfil Econômico-Social: A maior parte da população ativa está empregada nos setores de comércio, serviços e na administração pública. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é de 0,698, considerado de médio/alto para os padrões do estado.

5.3 Relevo

O relevo de Picos é uma das suas características mais marcantes e que, inclusive, deu origem ao nome da cidade (devido aos "picos" ou elevações que circundam a região urbana).

- Modelado do Relevo: O município está inserido na Bacia Sedimentar do Parnaíba e apresenta uma diversidade de feições geomorfológicas, entre as quais se destacam planaltos tabulares do tipo meseta, morros, colinas, formas tabulares, vales e relevos residuais (testemunhos), além de áreas com relevo suavemente ondulado (CPRM, 2004). Picos compreende unidades de chapadas, testemunhos e planícies aluviais, características que influenciam a dinâmica dos processos erosivos, o escoamento superficial e a suscetibilidade à ocorrência de desastres naturais (OLIVEIRA et al., 2025).
- Configuração Urbana: O centro histórico e comercial de Picos desenvolveu-se em um vale circundado por elevações, característica geomorfológica que condicionou o processo de expansão urbana do município. Essa configuração do relevo limita a ocupação horizontal em determinados setores e contribui para a ocorrência de problemas relacionados à drenagem urbana, ao escoamento superficial das águas pluviais e à ocupação de encostas, fatores que aumentam a vulnerabilidade a eventos adversos, especialmente durante períodos de chuvas intensas (MENDES; MOURA, 2012).
- Solos: Predominam solos do tipo Latossolos, Neossolos Quartzarênicos (arenosos) e solos litólicos nas áreas mais altas e acidentadas (CPRM, 2004; EMBRAPA, 2018).

5.4 Hidrografia

Picos está localizada em uma região estratégica do ponto de vista hidrográfico para o semiárido piauiense, embora sofra com a intermitência sazonal de seus rios (LIMA et al., 2022).

- Bacia Hidrográfica: Integra a Bacia do Rio Parnaíba, mais especificamente a sub-bacia do Rio Guaribas (ANA, 2024).
- Principal Curso D'água: O Rio Guaribas constitui o principal curso d'água que atravessa a área urbana do município de Picos. Caracterizado por regime hidrológico predominantemente intermitente, apresenta redução significativa ou interrupção de sua vazão durante os períodos de estiagem, em decorrência das condições climáticas do semiárido. Apesar dessa característica, o Guaribas desempenha papel estratégico para o município, contribuindo para o abastecimento hídrico, o desenvolvimento das atividades agropecuárias, especialmente da agricultura de vazante, e para a dinâmica socioeconômica e ambiental da região (LIMA et al., 2022).
- Águas Subterrâneas: O município possui significativo potencial aquífero por estar inserido em uma bacia sedimentar, o que favorece a captação de água por meio de poços tubulares profundos para complementar o abastecimento público e a atender as demandas da atividade agropecuária (CPRM, 2004).

5.5 O Regime de Chuvas e a Sazonalidade

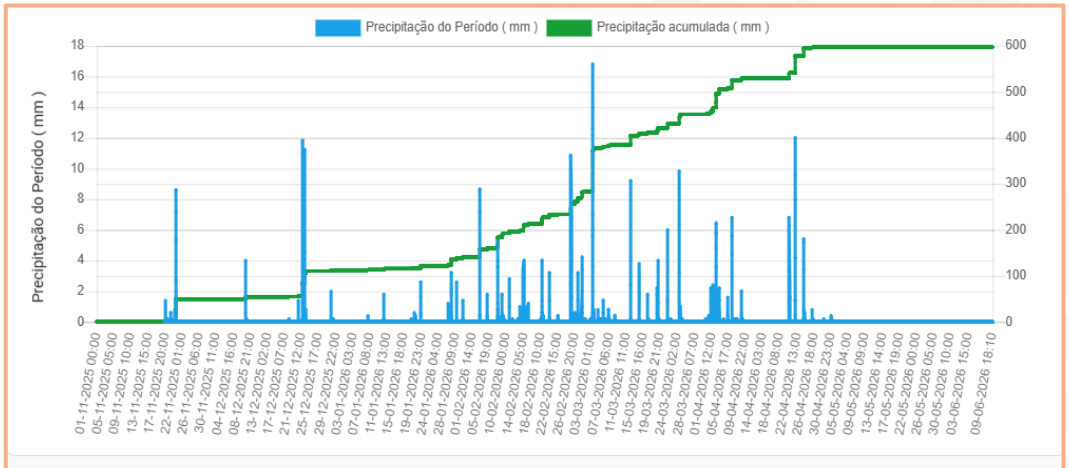
O município de Picos apresenta precipitação média anual variando entre 600 mm e 800 mm (Gráfico 1). Entretanto, o regime pluviométrico caracteriza-se por elevada irregularidade temporal, com a maior parte das chuvas concentrada em poucos meses do ano, fator que contribui para a alternância entre períodos de estiagem prolongada e eventos de precipitação intensa, que acabam influenciando diretamente a ocorrência de desastres hidrológicos no município (INMET, 2022).

- Período Chuvoso (dezembro a abril): A maior parte da precipitação anual concentra-se no primeiro quadrimestre do ano, sendo os meses de fevereiro, março e abril, historicamente, os de maior pluviosidade no município. Esse regime de chuvas é influenciado principalmente pela atuação da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e, em determinadas situações, pelos

Vórtices Ciclônicos de Altos Níveis (VCAN), sistemas atmosféricos responsáveis pelo transporte de umidade e pela intensificação da formação de nuvens convectivas sobre a região, favorecendo a ocorrência de precipitações intensas (MOLION; BERNARDO, 2002).

- Período Seco (maio a novembro): É o período conhecido regionalmente como "B-R-O Bró", compreendido, em geral, entre os meses de setembro e dezembro corresponde à estação mais seca e quente do ano, caracterizada por precipitações praticamente inexistentes, redução acentuada da umidade relativa do ar e elevação significativa das temperaturas máximas (MONTEIRO et al., 2021).

Gráfico 1. Índice pluviométrico do município de Picos de novembro de 2025 a junho de 2026.



Sensor	Mínimo	Máximo	Média	Total
Precipitação do Período	0,00 mm	16,80 mm	-	597,60 mm

Fonte: Estação Agrometeorológica SPI-A002 – Picos.

O assoreamento do Rio Guaribas, no município de Picos, Piauí, está associado a diversos fatores decorrentes da ação antrópica, especialmente à retirada da mata ciliar, ao desmatamento e às queimadas, que contribuem para a intensificação dos processos erosivos e para o transporte de sedimentos em direção ao leito do rio. Além disso, a erosão laminar e linear das margens, a ocupação irregular das áreas

ribeirinhas e a implantação de aterros e estruturas inadequadas no leito fluvial favorecem o acúmulo de materiais sedimentares, comprometendo a profundidade do canal e alterando a dinâmica do escoamento das águas. Esses impactos integram o processo de degradação ambiental observado na bacia hidrográfica do Rio Guaribas, sobretudo em seu trecho urbano (SOUSA; LIMA, 2021; SOUSA; LIMA, 2019).

5.6 Histórico de Desastres Naturais

No município de Picos, os principais desastres naturais estão associados aos extremos do regime hidrológico característico do semiárido, destacando-se as estiagens prolongadas e os eventos de chuvas intensas que provocam enxurradas e alagamentos.

A configuração geomorfológica da área urbana, implantada predominantemente em um vale circundado por morros (“picos”), favorece a concentração do escoamento superficial durante episódios de precipitação intensa, aumentando a ocorrência de problemas de drenagem urbana (CPRM, 2018). Um dos episódios mais marcantes da história recente do município ocorreu em 2025, quando chuvas de elevada intensidade provocaram severos alagamentos e enxurradas na área urbana de Picos. O elevado volume de precipitação inundou bairros situados nas áreas mais baixas da cidade, desalojou dezenas de pessoas, ocasionou duas mortes e causou danos significativos à infraestrutura urbana, aos estabelecimentos comerciais e ao patrimônio público e privado.

O temporal foi caracterizado pela ocorrência de precipitação extrema em curto intervalo de tempo. De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMARH), foram registrados aproximadamente 135 mm de chuva em apenas três horas (DIÁRIO DO POVO DO PIAUÍ, 2025). A topografia da cidade, associada à saturação do solo e à insuficiência dos sistemas de escoamento urbano, fizeram com que riachos da região, como o Riacho dos Macacos, transbordassem rapidamente, criando enxurradas com força destrutiva em diversos bairros (CPRM, 2018; DIÁRIO DO POVO DO PIAUÍ, 2025).

A gravidade da situação exigiu a atuação integrada de diversos órgãos e instituições. Equipes do Corpo de Bombeiros Militar, da Defesa Civil Estadual e Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Exército Brasileiro, por meio do 3º Batalhão de Engenharia de Construção (3º BEC), foram mobilizadas para realizar o resgate de moradores ilhados, desobstruir vias públicas e prestar assistência humanitária, com a distribuição de alimentos, água potável e kits de apoio às famílias afetadas (AGÊNCIA PIAUÍ DE NOTÍCIAS, 2025).

5.7 Secas e Estiagem prolongada

O fenômeno da seca e da escassez hídrica no município de Picos transcende a dinâmica climática do semiárido piauiense, configurando-se como um dos desafios estruturais, ambientais e socioeconômicos mais complexos da região. Reconhecida estrategicamente como o "Modelo do Coração do Piauí", em razão de sua relevância econômica e de sua posição estratégica como entroncamento rodoviário, o município sofre impactos significativos decorrentes dos períodos prolongados de estiagem. Esses efeitos repercutem tanto na área urbana quanto, de forma mais intensa, nas comunidades rurais, desestabilizando cadeias produtivas consolidadas e exigindo respostas governamentais resilientes (CASTRO et al., 2023).

No setor agrícola, a estiagem prolongada atua como um fator de desestruturação socioeconômica, afetando drasticamente tanto as culturas tradicionais de subsistência quanto a horticultura familiar de alta performance, que depende da perenidade de poços e mananciais para manter a produtividade de folhosas e legumes (CODEVASF, 2023). Paralelamente, a apicultura local, setor no qual Picos se destaca como um dos maiores polos produtores e exportadores de mel do país, sofre perdas devastadoras. A ausência de precipitações regulares impede a floração das espécies da Caatinga, privando os enxames de alimento, resultando no abandono de colmeias e em uma quebra severa na renda dos produtores (ADAPI, 2024).

Essa perspectiva teórica reforça a necessidade imperiosa de inclusão da escassez hídrica no Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil de Picos. Ao tratar a seca não como uma surpresa inevitável, mas como um risco crônico, previsível e passível de planejamento, o município se capacita para coordenar suas instituições, otimizar recursos logísticos e humanos, salvaguardar suas forças econômicas e, prioritariamente, proteger a vida e a dignidade de seus cidadãos diante das adversidades climáticas.

5.8 Acidentes com Produtos Perigosos

Picos é cortada por rodovias federais cruciais, como a BR-316, que serve como principal corredor de cargas entre o Sul/Sudeste e os estados do Norte e Nordeste. O intenso fluxo de carretas gera um risco permanente de sinistros envolvendo produtos químicos e inflamáveis (SANTOS; SOUSA, 2020).

- O Acidente com Peróxido de Hidrogênio (2019): No Km 298 da BR-316, seis tanques carregados com peróxido de hidrogênio (água oxigenada concentrada) desprenderam-se de um caminhão e derramaram o composto na lateral da pista. Por ser um forte agente oxidante, o contato do produto com a vegetação seca provocou um princípio de incêndio florestal, controlado rapidamente pelo Corpo de Bombeiros (CIDADES NA NET, 2019).
- Tombamento de Carreta de Etanol (fevereiro de 2025): Um grave acidente com uma carreta carregada com 60 mil litros de álcool hidratado (etanol) resultou na morte do motorista na BR-316. O tombamento causou o vazamento substancial do combustível, gerando a contaminação química do solo às margens da rodovia. O episódio exigiu a intervenção de técnicos da SEMARH e de equipes privadas especializadas em contenção de desastres ambientais (PORTAL GP1, 2025; SEMARH, 2025).

5.9 Incêndios Florestais e Urbanos

O período compreendido entre os meses de julho e dezembro é historicamente marcado por altas temperaturas, baixa umidade relativa do ar e ventos intensos na região. Essa severa combinação de fatores climáticos aumenta significativamente a vulnerabilidade do município de Picos à ocorrência de queimadas e incêndios florestais (SILVA et al., 2023).

Os dados estatísticos do Corpo de Bombeiros Militar e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) corroboram esse cenário ao indicar um aumento expressivo dos focos de calor no início do segundo semestre do ano (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2024). Em julho de 2023, por exemplo, as equipes do Corpo de Bombeiros atenderam a múltiplas ocorrências de incêndios nas zonas urbana e rural do município, registrando, em apenas 12 dias, metade dos incêndios contabilizados durante todo aquele ano (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ, 2023).

Alinhado com a tendência estadual de aumento de incêndios florestais e urbanos, o município registrou dezenas de ocorrências severas de queimadas em áreas de vegetação nativa da Caatinga e em terrenos baldios ao longo de 2024. Esses sinistros transcendem o dano ambiental imediato, gerando extensas nuvens de fumaça que cobrem os vales da cidade, agravando severamente os problemas respiratórios da população e sobrecarregando o sistema de saúde (FOLHA ATUAL, 2024). Adicionalmente, a proximidade das chamas com as linhas de alta tensão representa um risco tecnológico crítico, ameaçando a integridade das redes de transmissão de energia e o abastecimento elétrico regional (SILVA et al., 2023).

6. PRINCIPAIS CONCEITOS

6.1 Desastre

Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais (Lei nº 12.608/2012).

6.2 Situação de emergência

Situação anormal provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do Poder Público do ente atingido (Lei nº 12.608/2012), sendo classificado em dois níveis:

a) Desastre nível I: aqueles em que há somente danos humanos consideráveis e que a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais (enseja a Situação de Emergência).

b) Desastre nível II: aqueles em que os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser reestabelecida com os recursos mobilizados em nível local, complementados com o aporte de recursos estaduais e federais (enseja a Situação de Emergência).

6.3 Estado de calamidade pública

Situação anormal provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem no comprometimento substancial da capacidade de resposta do Poder Público do ente atingido (Lei nº 12.608/2012), sendo classificado como:

a) Desastre nível III: aqueles em que os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada dos organismos competentes pela implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no município, e das

Secretarias que integram o Comitê de Gerenciamento de Crise e, em alguns casos, de ajuda internacional (enseja o Estado de Calamidade Pública).

6.4 Ações de socorro

Ações imediatas de resposta aos desastres com o objetivo de socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Lei nº 12.608/2012).

6.5 Ações de assistência às vítimas

Ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigamento, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde, o manejo de mortos, entre outras estabelecidas pelo Ministério Desenvolvimento Regional (Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022).

6.6 Ações de restabelecimento de serviços essenciais

Ações de caráter emergencial destinadas ao restabelecimento das condições de desmontagem de edificações e de obras de arte com estruturas comprometidas, o suprimento e distribuição de energia elétrica, água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações, abastecimento de água potável, desobstrução e remoção de escombros, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

6.7 Ações de reconstrução

Ações de caráter definitivo, destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, sistema de abastecimento de água, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, cursos d'água, contenção de encostas, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, atualmente Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), após fusão com o Ministério das Cidades.

6.8 Ações de prevenção

Ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, incluindo a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, entre outras estabelecidas pelo MIDR.

7. DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO DE RISCOS

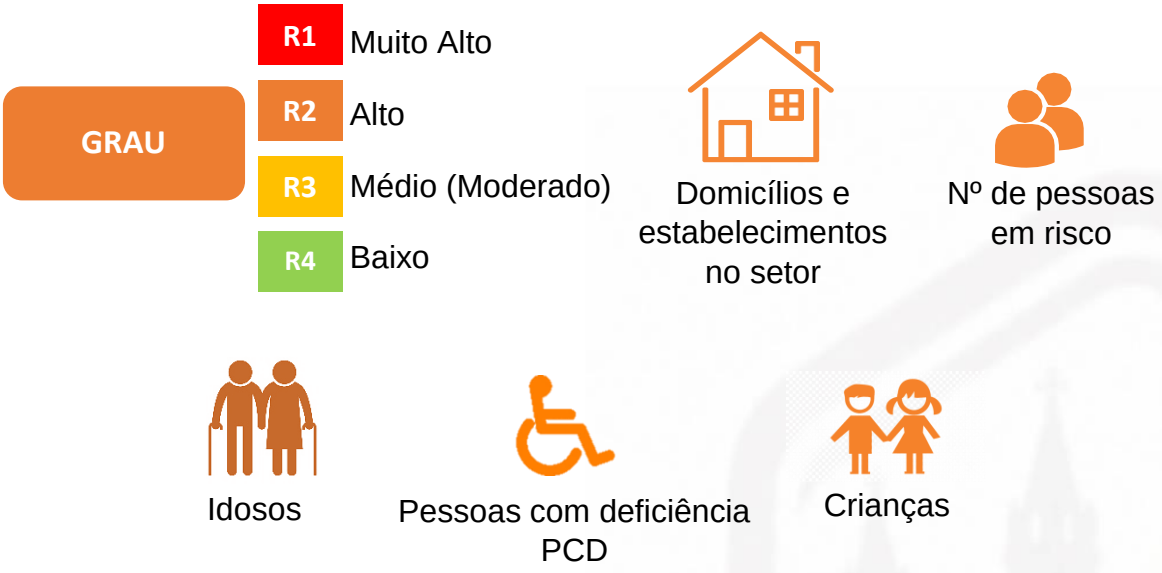
A caracterização de cenários de risco foi baseada em uma combinação de dados técnicos, evidências históricas, características socioambientais locais e capacidade institucional de resposta, garantindo que o plano seja realista, eficaz e centrado nas necessidades do território.

A partir disso e das discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho, foram elencados os seguintes cenários de risco:

- Risco de Alagamentos, Inundações, Queda de Blocos e Deslizamentos;
- Risco de Escassez Hídrica;
- Risco de Incêndios Florestais;
- Risco de Acidente com Produtos Perigosos.

8. RISCO DE ALAGAMENTOS, INUNDAÇÕES, QUEDA DE BLOCOS E DESLIZAMENTOS

8.1 Simbologia



Exemplo:

RISCO DE INUNDAÇÃO



O exemplo indica que:

- A tipologia do Risco é de Inundação.
- O Grau de Rico do Setor é R3 (ALTO).
- A área mapeada tem 17 domicílios e estabelecimentos com um total de 50 pessoas, dentre as quais há 12 idosos, 02 pessoas com deficiência e 12 crianças.

8.2 Resumo das áreas de risco

Em maio de 2026, o Serviço Geológico do Brasil (SGB) atualizou o mapeamento de áreas de risco geológico no município de Picos, Piauí. Após estudos de campo motivados pelas fortes chuvas que atingiram a região, o levantamento apontou uma expansão significativa na vulnerabilidade da cidade, com o aumento do número de áreas monitoradas de 7 (mapeadas em 2019) para 20 áreas de risco em 2026.

8.3 Classificação das Áreas de Risco em Picos (2026)

O SGB classifica as áreas mapeadas conforme o grau de criticidade das ameaças identificadas. Dos 20 setores delimitados (Figura 1), a grande maioria enquadra-se em níveis elevados de criticidade:

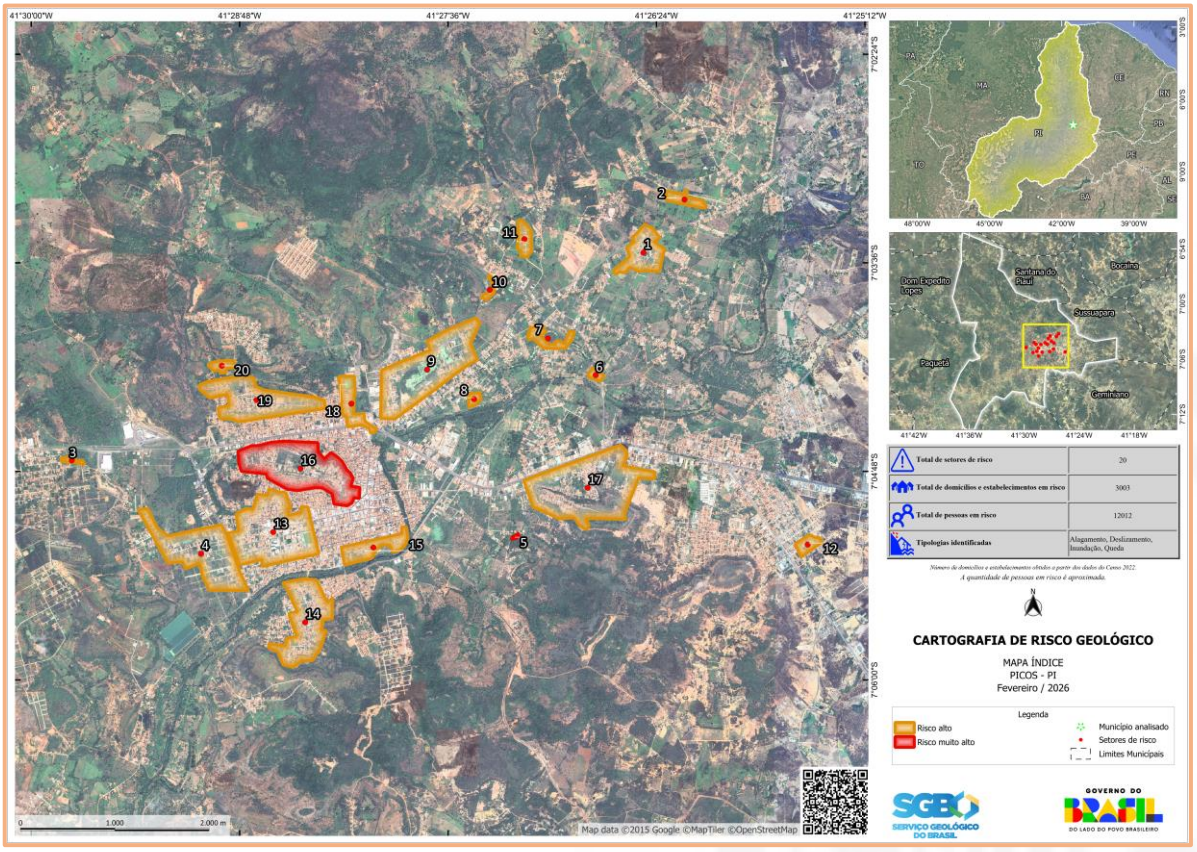
- **Muito Alto Risco (2 áreas):** Concentram cerca de 302 residências e mais de 1.200 moradores expostos a perigos imediatos e severos de desastres geológicos ou hidrológicos (Quadros 1 e 2).
- **Alto Risco (18 áreas):** Somam cerca de 2.701 domicílios e 10.804 pessoas que vivem em locais de forte vulnerabilidade (Quadros 1 e 2).

Quadro 1. Síntese da setorização de áreas de risco geológico no município de Picos.

Situação atual			
Grau de risco	Número de áreas de risco geológico mapeadas	Número aproximado de domicílios em áreas de risco[5]	Número aproximado de pessoas em áreas de risco
Alto	18	2.701	10.804
Muito alto	02	302	1.208

Fonte: SGB (2026).

Figura 1. Áreas de risco do município de Picos-PI.



Fonte: SGB (2026).

Quadro 2. Relação dos setores de risco geológico alto e/ou muito alto atualmente cartografados no município de Picos.

Código do setor	Grau de risco	Tipologia	Logradouro	Número aproximado de domicílios[6]	Número aproximado de pessoas
PI_PICOS_SR_001_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Ipueiras	179	716
PI_PICOS_SR_002_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Umari	55	220
PI_PICOS_SR_003_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Belo Norte	13	52
PI_PICOS_SR_004_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Emaús	285	1.140
PI_PICOS_SR_005_SGB	Muito alto	Queda de blocos, deslizamento	Bairro: Catavento	6	24

PI_PICOS_SR_006_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Ipueiras; Loteamento: Samira	36	144
PI_PICOS_SR_007_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Ipueiras	72	288
PI_PICOS_SR_008_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Ipueiras	41	164
PI_PICOS_SR_009_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Ipueiras	521	2.084
PI_PICOS_SR_010_SGB	Alto	Queda de blocos, deslizamento	Loteamento Macambira	44	176
PI_PICOS_SR_011_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Ipueira Loteamento: Umbuzeiro	44	176
PI_PICOS_SR_012_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Junco	63	252
PI_PICOS_SR_013_SGB	Alto	Deslizamento, alagamento	Bairro: Canto da Várzea/Centro	350	1.400
PI_PICOS_SR_014_SGB	Alto	Inundação, deslizamento	Bairro: Passagem das Pedras/Boa Vista	245	980
PI_PICOS_SR_015_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Trizidela/Centro	620	2.480
PI_PICOS_SR_016_SGB	Muito alto	Deslizamento, queda de blocos	Bairro: Aerolândia e entorno	296	1.184
PI_PICOS_SR_017_SGB	Alto	Inundação, deslizamento	Bairro: AABB/DNER	228	912
PI_PICOS_SR_018_SGB	Alto	Inundação	Bairro da Bomba	9	36
PI_PICOS_SR_019_SGB	Alto	Deslizamento, queda de blocos	Bairro: Morada do Sol	167	668
PI_PICOS_SR_020_SGB	Alto	Inundação	Bairro: Quilombo	49	196

Fonte: SGB (2026).

SETOR DE RISCO 01

Localização: Bairro Ipueiras

Coordenadas Geográficas: 7°03”22” S 41°26’38” W

Descrição:

O setor analisado localiza-se às margens do Riacho do Navio, em área urbana com ocupação residencial consolidada, inserida em ambiente de várzea, naturalmente suscetível a processos de inundação. No ano de 2025, ocorreu um evento de transbordamento do curso d'água, resultando no óbito de dois moradores e na destruição parcial de residências, caracterizando histórico significativo de desastre.

O processo de inundação esteve associado à insuficiência do sistema de drenagem pluvial, especialmente em razão da presença de bocas de lobo e bueiros com capacidade hidráulica inferior à vazão gerada durante eventos de chuvas intensas, ocasionando represamento, extravasamento do canal e alagamento das áreas adjacentes. Atualmente, o setor encontra-se em obras de readequação hidráulica, com alargamento do canal e substituição dos bueiros. Apesar dessas intervenções, permanecem edificações implantadas em cotas baixas, próximas ao leito do riacho, mantendo elevada a exposição da população (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 02

Localização: Bairro Umari

Coordenadas Geográficas: 7°03'18"S 41°26'17" W

Descrição:

O setor analisado encontra-se inserido em malha urbana consolidada, situado na faixa marginal e na planície de inundação do Riacho do Navio, caracterizando-se por um padrão de ocupação residencial densa implantado sobre cotas topográficas

rebaixadas de fundo de vale. Essa condição geomorfológica torna a área naturalmente suscetível à retenção e ao acúmulo de escoamento superficial durante episódios de precipitação pluviométrica concentrada.

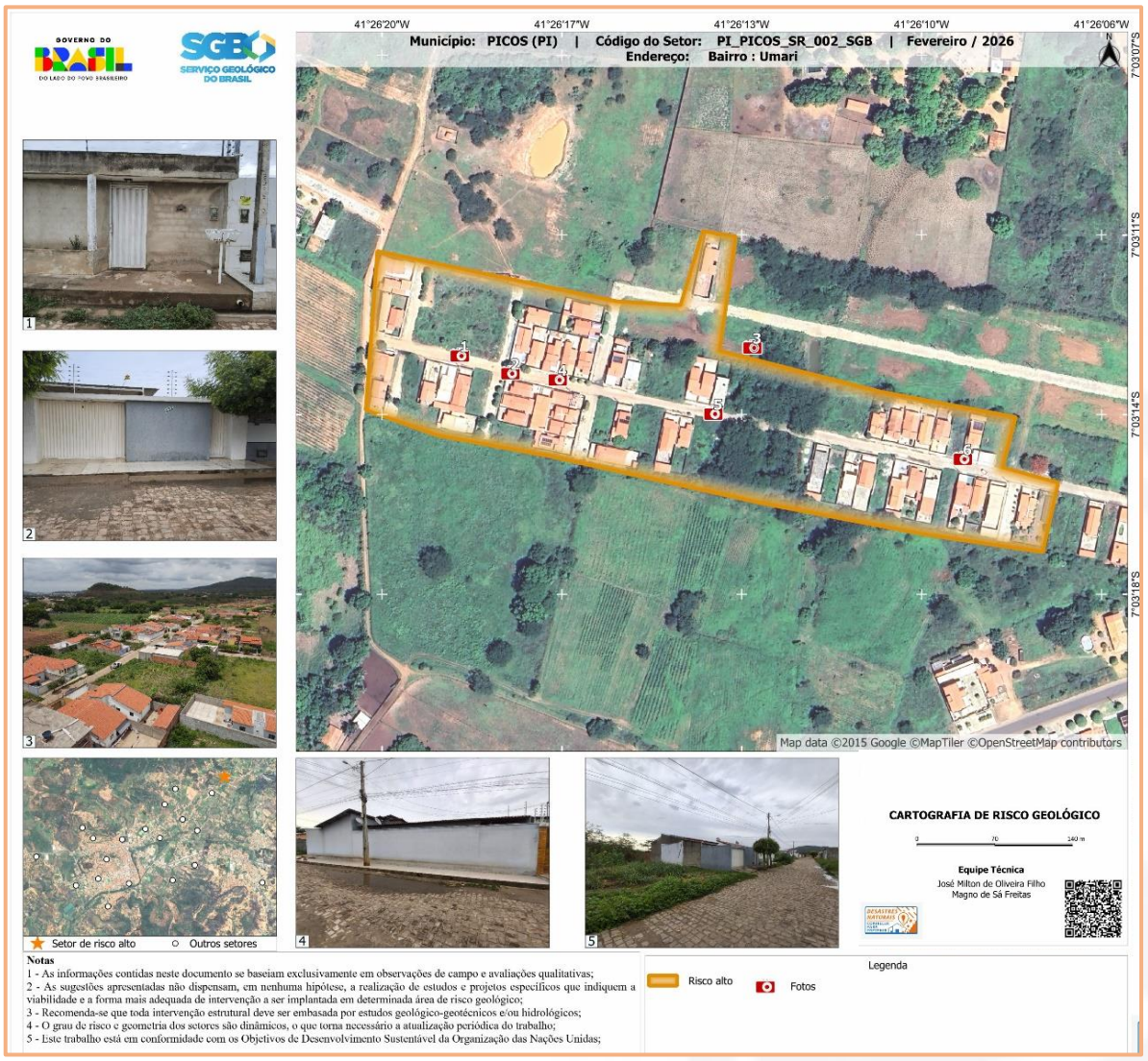
O processo geodinâmico observado no local corresponde a uma inundação fluvial de resposta rápida, deflagrada pelo extravasamento da calha principal do curso d'água devido ao pico de cheia. Esse fenômeno foi agravado pela convergência da incapacidade hidráulica do riacho em comportar a vazão de pico, pelas limitações e gargalos operacionais no sistema de drenagem urbana superficial e pelo elevado índice de impermeabilização do solo na bacia contribuinte, o qual reduz as taxas de infiltração e acelera o tempo de concentração do escoamento superficial.

Durante a vistoria técnica efetuada no local, foram identificadas marcas físicas do nível máximo alcançado pela água, confirmando que a lâmina d'água atingiu uma cota média de aproximadamente 0,50 metro acima do nível dos pisos acabados das residências. Essa elevação ficou ostensivamente registrada por meio de linhas de impregnação de sedimentos finos e marcas de escoamento visíveis nas fachadas e muros das edificações afetadas.

Adicionalmente, a invasão do fluxo hídrico no interior dos imóveis ocasionou a perda de bens móveis e danos às instalações. Por fim, a consolidação de edificações sem o devido afastamento em relação ao canal, desrespeitando a faixa de proteção natural, maximiza a exposição direta da população aos eventos de transbordamento e eleva consideravelmente o grau de risco do setor mapeado (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 03

Localização: Bairro Belo Norte

Coordenadas Geográficas: 7°36'24"S 41°29'31"W

Descrição:

O setor analisado encontra-se inserido em malha urbana consolidada, situado na faixa marginal e na planície de inundação do Riacho do Navio, caracterizando-se por um padrão de ocupação residencial densa implantado sobre cotas topográficas

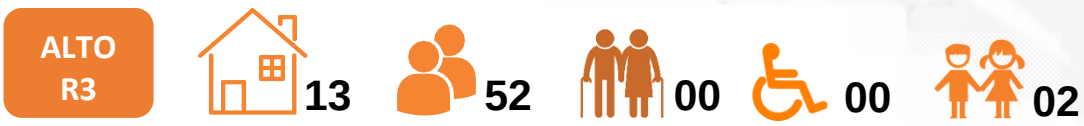
rebaixadas de fundo de vale. Essa condição geomorfológica e de uso do solo torna a área naturalmente suscetível à retenção e ao acúmulo de escoamento superficial em episódios de precipitação pluviométrica concentrada.

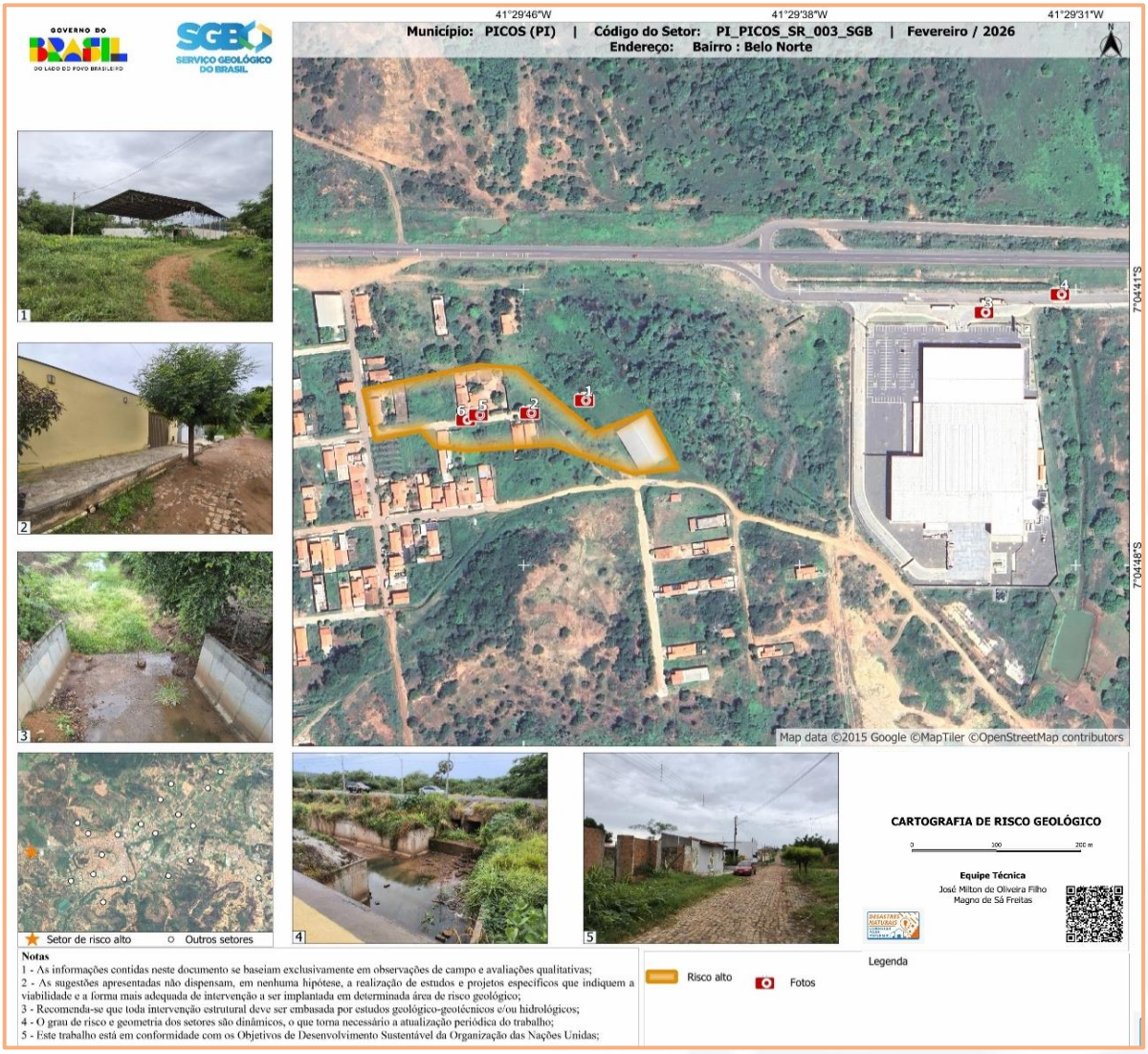
O processo geodinâmico observado no local corresponde a uma inundação fluvial de resposta rápida, deflagrada pelo extravasamento da calha principal do curso d'água devido ao pico de cheia. Esse fenômeno foi agravado pela convergência da incapacidade hidráulica do leito do riacho em acomodar a vazão gerada, pelas limitações no sistema de drenagem urbana e pelo elevado índice de impermeabilização do solo na bacia contribuinte, o qual reduz as taxas de infiltração e acelera o tempo de concentração do escoamento superficial.

Durante a vistoria técnica efetuada *in loco*, foram identificadas marcas físicas do nível máximo alcançado pela água, confirmando que a lâmina d'água atingiu uma cota média de aproximadamente 0,50 metro de altura. Essa elevação ficou ostensivamente registrada por meio de linhas de impregnação de sedimentos e marcas de escoamento visíveis nos muros e nas fachadas das edificações, indicando claramente a elevação do nível de cheia acima do nível dos pisos acabados das residências.

Ademais, a implantação de edificações sem o devido afastamento de proteção em relação ao canal do riacho desrespeita a faixa marginal natural, maximizando a exposição direta da população aos eventos recorrentes de transbordamento e elevando expressivamente o grau de risco e vulnerabilidade socioambiental da área mapeada (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 04

Localização: Bairro Emaús

Coordenadas Geográficas: 7°05'06"S 41°29'06" W

Descrição

O setor analisado encontra-se inserido na área de influência direta do Riacho do Macaco, em ambiente de fundo de vale urbano, caracterizando-se como uma zona geomorfologicamente suscetível à ocorrência de processos de inundação fluvial.

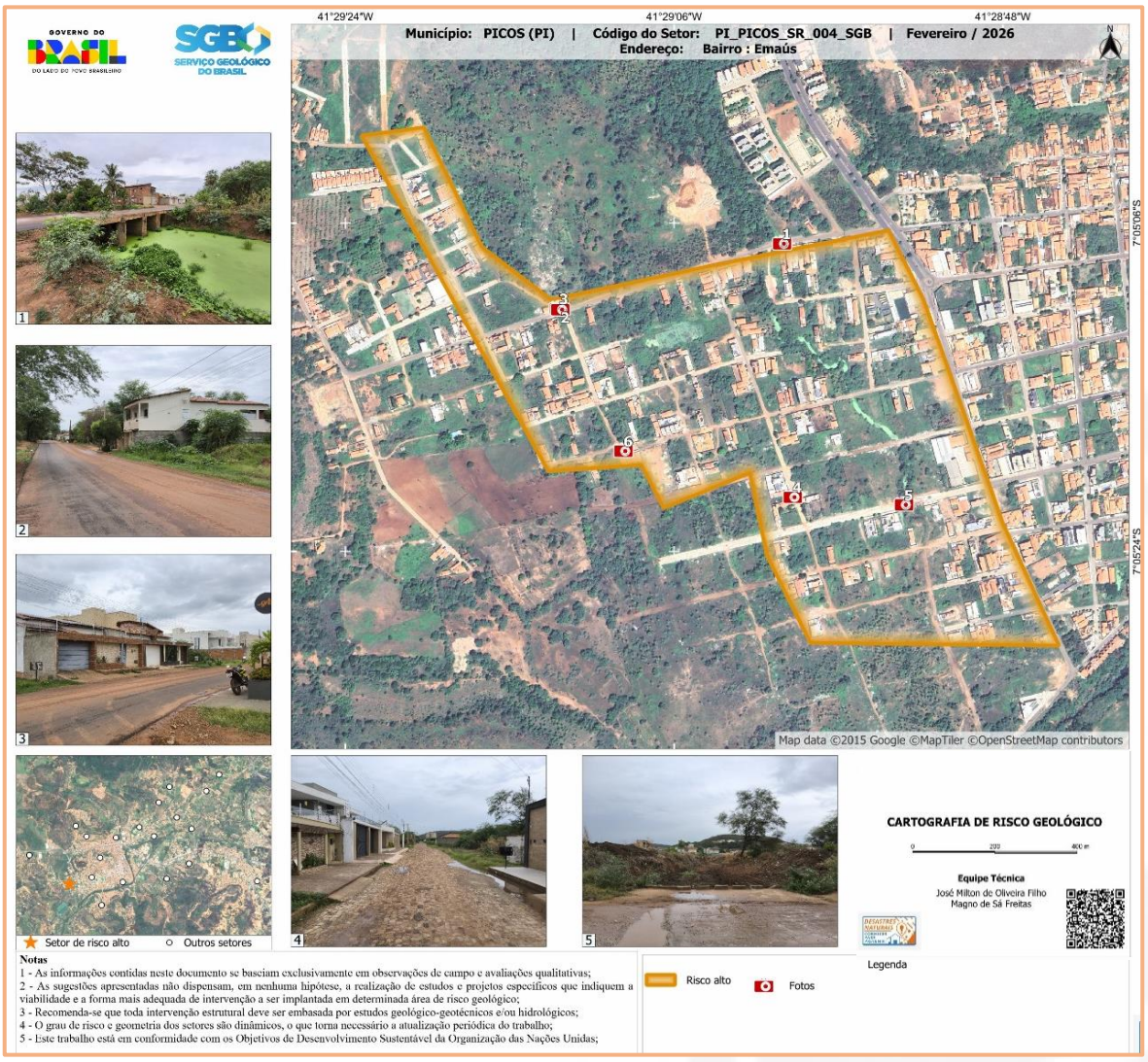
Trata-se de um segmento situado no trecho de jusante do canal, onde ocorre a convergência do escoamento superficial da bacia contribuinte durante eventos de precipitação pluviométrica intensa, condição que favorece a rápida elevação do nível hidrométrico e a ocorrência de picos de cheia. Esse cenário de susceptibilidade natural é significativamente agravado pelo elevado índice de impermeabilização do solo nas áreas adjacentes, o qual inibe a taxa de infiltração natural, incrementa o volume de *runoff* (escoamento superficial, ou seja, a quantidade de água da chuva que não infiltra no solo e escoa pela superfície) e acelera o tempo de concentração das enxurradas em direção à calha principal do corpo hídrico.

A ocupação urbana no setor destaca-se por apresentar predominantemente edificações de alto padrão construtivo, implantadas em cotas topográficas rebaixadas e com reduzido afastamento em relação às margens do riacho. Embora a qualidade estrutural dos imóveis confira menor vulnerabilidade física direta às edificações, a proximidade com o canal maximiza a exposição dos ativos ao fenômeno. Durante a vistoria técnica efetuada *in loco*, foram identificadas marcas físicas de nível d'água (*high-water marks*) impregnadas nos muros e nas fachadas.

Tais evidências atestam que, durante os episódios de extravasamento da calha, a lâmina de inundação ultrapassou a cota do passeio público e atingiu as áreas externas dos imóveis e suas estruturas de fechamento, caracterizando a recorrência do risco hidrológico no local (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 05

Localização: Bairro Catavento

Coordenadas Geográficas: 7°05'10"S 41°27'13"W

Descrição:

O setor analisado corresponde a uma malha urbana consolidada com ocupação residencial implantada de forma contígua à base de um talude de corte de geometria íngreme a subvertical, executado em maciço composto por rocha e solo residual. A

caracterização litológico-estrutural da encosta evidencia a presença de blocos areníticos de dimensões métricas, parcialmente desagregados e fraturados, depositados ao longo do perfil do talude e em sua zona de tálus, em proximidade crítica com as edificações a jusante.

A ocorrência desses matacões e blocos caídos constitui evidência empírica incontestável de eventos prévios de movimento de massa, indicando que o processo geodinâmico de queda de blocos se encontra ativo e possui alto potencial de reativação, especialmente sob o efeito deflagrador de episódios de precipitação pluviométrica intensa e prolongada, que incrementam a pressão neutra nas fraturas e reduzem a resistência ao cisalhamento do maciço.

A vulnerabilidade física das residências situadas no setor é significativamente elevada pela ausência de uma faixa de servidão ou recuo de segurança adequado em relação ao pé do talude. Verificou-se, inclusive, a existência de habitações com estruturas de vedação e fundação diretamente apoiadas ou coladas em material instável e depósitos de colúvio.

Essa configuração espacial estabelece uma condição de exposição direta e permanente da população e dos ativos físicos aos impactos de novos desprendimentos rochosos, configurando um cenário de elevado risco a desastres geológicos de dinâmica rápida (SGB, 2026).

RISCO DE QUEDA DE BLOCOS E DESLIZAMENTO





SETOR DE RISCO 06

Localização: Bairro Ipueiras, Loteamento Samira

Coordenadas Geográficas: 7°04'12"S 41°26'46"W

Descrição

O setor analisado localiza-se nas margens do Riacho do Navio, inserido em malha urbana consolidada caracterizada por adensamento residencial e intenso remodelamento da topografia original por meio de intervenções antrópicas não

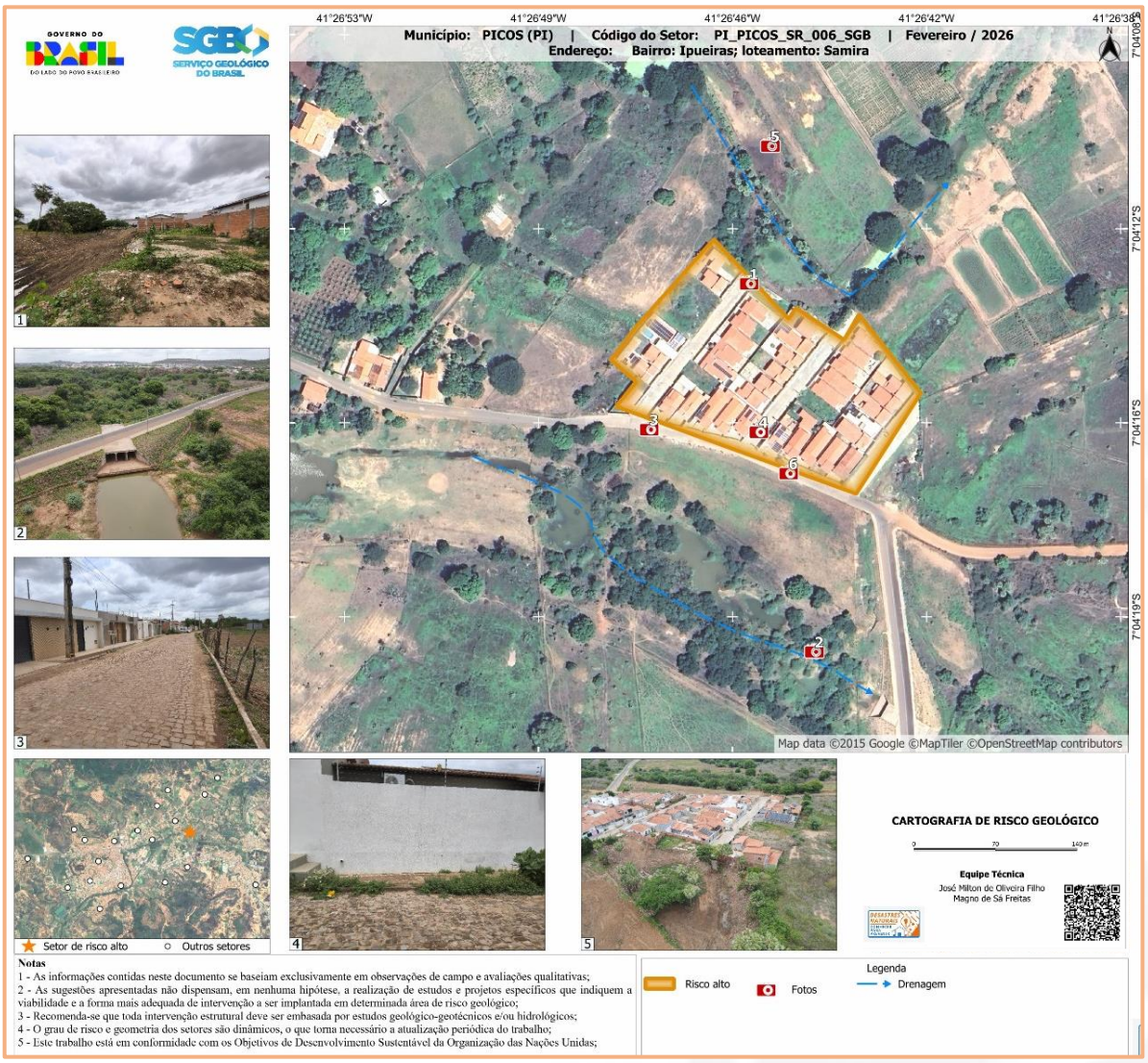
planejadas. Do ponto de vista geofísico, trata-se de um compartimento de fundo de vale com gradiente topográfico suavemente rebaixado e reduzida declividade longitudinal, condição que confere à área uma elevada susceptibilidade natural à ocorrência de extravasamentos e inundações fluviais.

No evento pluviométrico de expressiva magnitude registrado no ano de 2025, o Riacho do Navio superou a capacidade de suporte de sua calha regular, gerando uma lâmina d'água de aproximadamente 0,50 metro de altura que submergiu os lotes e edificações posicionados nas cotas altimétricas mais baixas. As investigações *in loco* corroboram esse histórico por meio da identificação de depósitos sedimentares recentes de granulometria fina (silte e argila) e marcas físicas de escoamento concentrado impregnadas nos elementos estruturais do entorno.

A vulnerabilidade hidráulica do setor é criticamente amplificada por sua proximidade espacial com a confluência do Rio Guaribas, o que estabelece um complexo e desfavorável arranjo hidrodinâmico nos períodos de precipitação intensa. Durante eventos de cheia simultânea ou de elevação do nível piezométrico do Rio Guaribas, manifesta-se o efeito de remanso: a elevação da cota do receptor principal impede o livre deságue a jusante do Riacho do Navio, anulando a energia de escoamento do tributário. (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 07

Localização: Bairro ipueiras

Coordenadas Geográficas: 7°04'16"S 41°26'46"W

Descrição

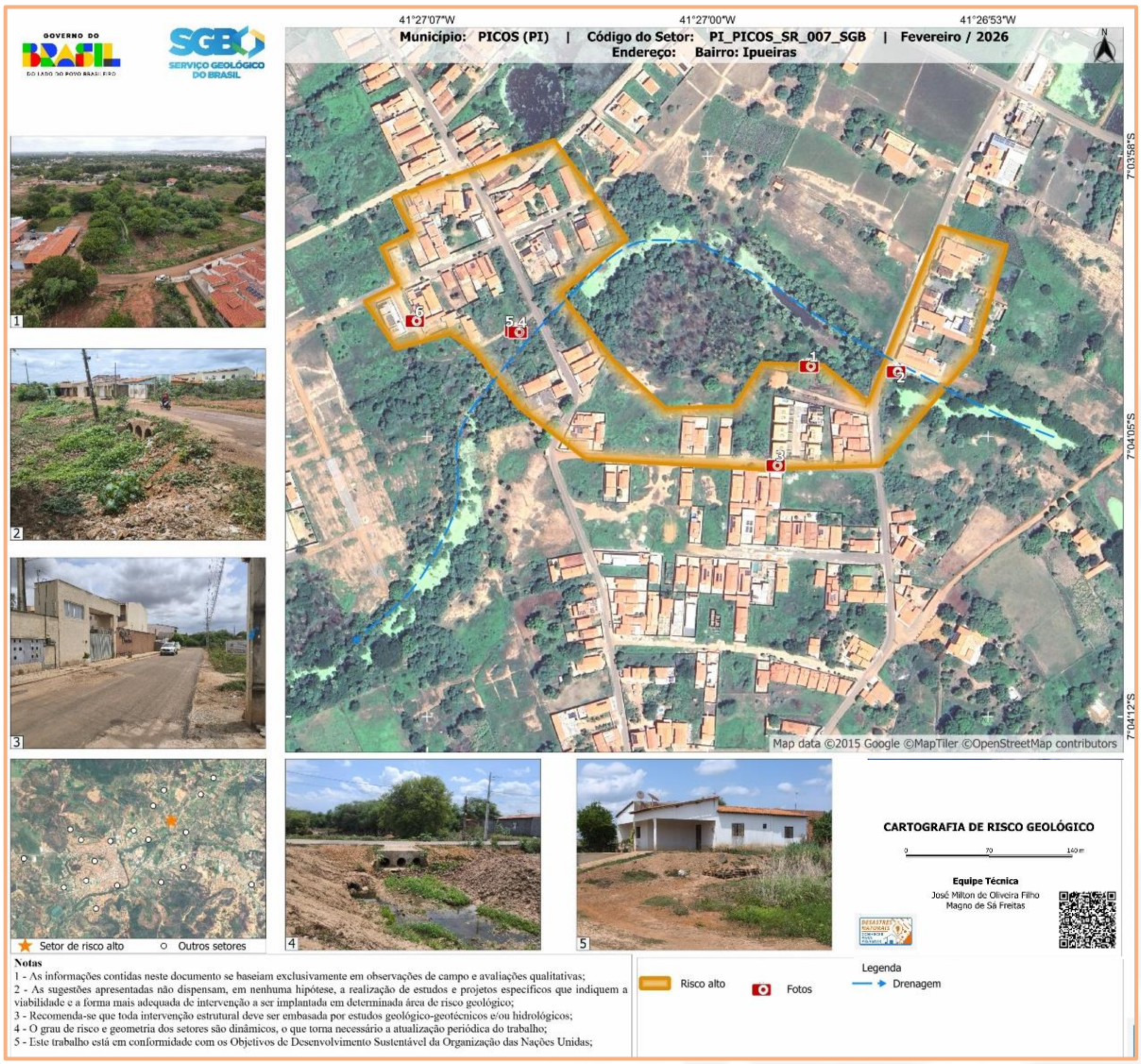
O setor analisado encontra-se inserido na área de influência direta do Riacho do Navio, em um trecho urbano de elevada vulnerabilidade operacional onde o curso d'água intercepta a malha viária por meio de obras de arte correntes, compostas por

bueiros tubulares de concreto assentados sob o leito da via de circulação. A caracterização hidráulica e as evidências empíricas constatadas *in loco* atestam que a seção transversal de vazão das galerias existentes é severamente subdimensionada, mostrando-se incapaz de amortecer e conduzir as descargas líquidas de pico associadas aos tempos de retorno de eventos pluviométricos intensos na bacia contribuinte.

Essa restrição ao escoamento livre funciona como um gargalo hidráulico, induzindo a formação de uma curva de remanso a montante e o consequente represamento do fluxo hídrico. A perda de carga localizada e o aumento da pressão hidrostática na entrada da travessia provocam a rápida elevação do nível hidrométrico, culminando no extravasamento da calha e no transbordamento do Riacho do Navio sobre a via e lotes lindeiros. O fluxo de inundação atinge diretamente as edificações residenciais inseridas na mancha de inundação, apresentando maior severidade sobre as estruturas implantadas em cotas topográficas rebaixadas de fundo de vale e desprovidas da faixa de domínio e afastamento de proteção em relação ao canal natural, o que consolida um cenário de expressiva exposição e risco socioambiental (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 08

Localização: Bairro ipueiras

Coordenadas Geográficas: 7°04'26"S 41°27'25"W

Descrição

O setor analisado localiza-se em ambiente urbano consolidado inserido na planície de inundação e na faixa marginal do Riacho do Navio, caracterizando-se por um padrão de ocupação residencial implantado sobre cotas topográficas rebaixadas

de fundo de vale e em estreita proximidade com a calha principal do curso d'água. Do ponto de vista geodinâmico e geomorfológico, trata-se de um compartimento do relevo naturalmente suscetível à ocorrência de inundações fluviais periódicas decorrentes do regime hidrológico de cheias da bacia hidrográfica. Essa condição de susceptibilidade natural é severamente potencializada pelo adensamento urbano desordenado, pelo elevado índice de impermeabilização do solo e pela ocupação irregular das faixas de servidão, fatores que eliminaram as áreas de várzea e amortecimento natural do escoamento, promovendo o estrangulamento de seções transversais originais do canal e a consequente redução de sua capacidade hidráulica de condução.

Durante episódios de precipitação pluviométrica concentrada e de elevada intensidade, o Riacho do Navio registra um rápido incremento de seu nível hidrométrico, ultrapassando a capacidade de suporte do leito regular e deflagrando o transbordamento do fluxo hídrico em direção às áreas adjacentes. A cinética acelerada e a resposta hidráulica de tempo curto que caracterizam esse processo reduzem drasticamente a margem para alertas precoces e inviabilizam a adoção de medidas operacionais ou emergenciais de salvaguarda de patrimônio por parte da população afetada (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 09

Localização: Bairro ipueiras

Coordenadas Geográficas: 7°04'12"S 41°27'36"W

Descrição

O setor analisado corresponde a um trecho urbano consolidado situado no entorno imediato de um corpo hídrico lêntico (lagoa urbana), inserido em uma unidade de relevo plano a suavemente rebaixado, geotécnica e geomorfologicamente

característica de depressões topográficas naturais sujeitas à retenção e ao acúmulo temporário de águas pluviais. A ocupação do solo desenvolveu-se de forma progressiva e desordenada sobre as faixas marginais do manancial, resultando na implantação de unidades residenciais em cotas altimétricas extremamente rebaixadas e contíguas ao limite do espelho d'água em condições de cota máxima de cheia. Sob o ponto de vista hidrológico, essa depressão desempenha uma função ecossistêmica vital de bacia de amortecimento natural, recebendo e armazenando o volume excedente do escoamento superficial gerado na bacia contribuinte.

Contudo, durante episódios de precipitação pluviométrica de elevada intensidade e longa duração, a capacidade de acumulação da lagoa é frequentemente superada. Esse cenário é severamente agravado pela elevação do nível do lençol freático que reduz a taxa de infiltração do solo por saturação prévia do perfil geotécnico e pelas limitações ou ineficiências no sistema de extravasamento e drenagem a jusante, impedindo o escoamento regulado do excedente hídrico. A convergência desses fatores resulta no aumento expressivo da cota do espelho d'água e no consequente transbordamento para as áreas adjacentes, deflagrando processos de alagamento e inundação gradual das residências do entorno, com potencial para a perda de bens, contaminação hídrica por efluentes e comprometimento das condições de habitabilidade e segurança das edificações (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 10

Localização: Loteamento Macambira

Coordenadas Geográficas: 7°03'47"S 41°27'22"W

Descrição

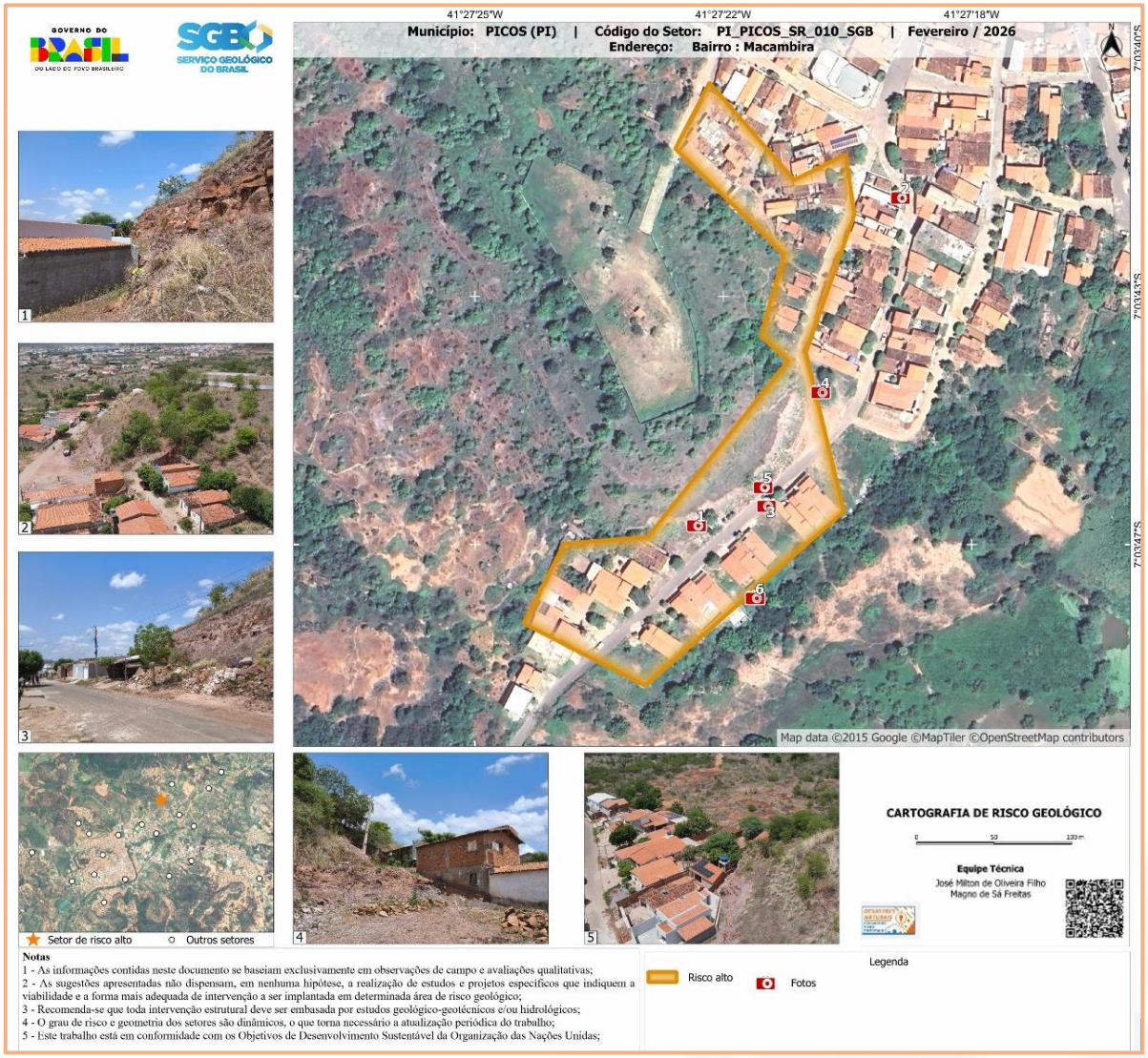
O setor analisado corresponde a uma malha urbana consolidada com ocupação residencial implantada de forma contígua à base e ao terço inferior (meia encosta) de um talude de corte abrupto, que apresenta amplitude altimétrica de aproximadamente

15 metros e trechos com geometria subverticalizada. A caracterização litológico-estrutural da encosta evidencia a exposição de um maciço rochoso arenítico intensamente alterado por processos de intemperismo físico-químico, seccionado por famílias de fraturas e descontinuidades plano-estruturais favoráveis ao destacamento de blocos. A presença de matacões e blocos areníticos de dimensões métricas, caídos e depositados ao longo do perfil da encosta e em sua zona de tálus junto às edificações, constitui evidência empírica incontestável de eventos prévios de movimentos de massa do tipo queda de blocos (*rockfall*), atestando que a dinâmica geodinâmica do maciço rochoso se encontra ativa e possui elevado potencial de reativação.

A proximidade crítica das moradias em relação ao pé do talude, aliada à ausência de faixas de servidão ou recuo de segurança, estabelece uma condição de exposição direta e permanente da população a esses desprendimentos rochosos de resposta rápida e alto impacto destrutivo. Adicionalmente à ameaça de queda de blocos, o setor apresenta condicionantes geotécnicas extremamente favoráveis à deflagração de escorregamentos superficiais translacionais e rotacionais no solo residual e nos depósitos coluvionares. Esse cenário é severamente agravado durante episódios de precipitação pluviométrica intensa e prolongada, nos quais o incremento da saturação do solo eleva a pressão neutra (poropressão), reduz a sucção matricial e diminui drasticamente a resistência ao cisalhamento do material. (SGB, 2026).

RISCO DE QUEDA DE BLOCOS E DESLIZAMENTO





SETOR DE RISCO 11

Localização: Bairro Ipueiras, Loteamento Umbuzeiro

Coordenadas Geográficas: 7°03'29"S 41°27'07"W

Descrição

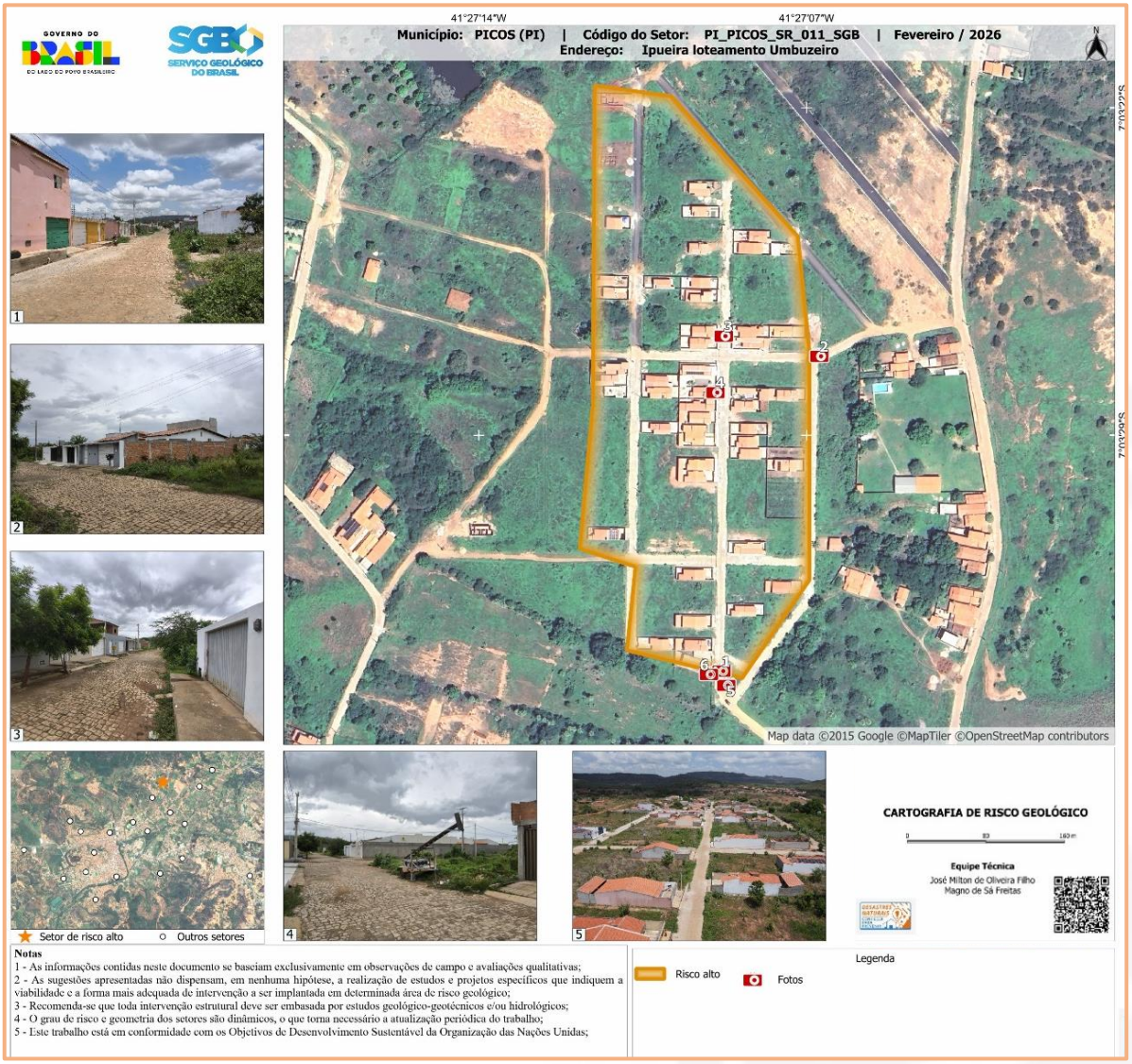
O setor analisado corresponde a um trecho urbano consolidado implantado sobre um compartimento do relevo naturalmente alagável, inserido em uma planície de inundação e de amortecimento associada a um curso d'água de pequeno a médio

porte ou a uma depressão topográfica sazonalmente acumuladora. Do ponto de vista geodinâmico e geomorfológico, a área caracteriza-se por uma morfologia plana a suavemente rebaixada, com declividades insignificantes e reduzido gradiente hidráulico, fatores que dificultam o escoamento superficial gravitacional e favorecem a retenção prolongada e o empoçamento do fluxo hídrico em episódios pluviométricos intensos. O histórico de ocorrências registradas no setor confirma empiricamente que a malha urbana foi estabelecida sobre a faixa de expansão natural e de extravasamento de cheias periódicas do sistema hídrico local.

Durante eventos de precipitação concentrada e de elevada altura pluviométrica, verifica-se a rápida ascensão do nível hidrométrico, o extravasamento do leito regular do canal e o acúmulo de águas pluviais na superfície do terreno. Esse cenário de inundação e alagamento é severamente agravado pela ineficiência, subdimensionamento ou inexistência de um sistema adequado de micro e macrodrenagem urbana, aliado ao elevado grau de impermeabilização do solo na bacia contribuinte. A convergência desses fatores resulta no transbordamento e no espraiamento do fluxo sobre o viário e lotes lindeiros, atingindo de forma direta as edificações residenciais, reduzindo o tempo de resposta da população e estabelecendo um cenário de elevada vulnerabilidade com potencial recorrente para danos materiais, perdas patrimoniais e riscos à saúde e segurança pública (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 12

Localização: Bairro Junco

Coordenadas Geográficas: 7°05'13"S 41°25'30"W

Descrição

O setor analisado compreende uma área urbana consolidada com histórico recorrente de eventos de alagamento e inundação fluvial, deflagrados pelo transbordamento de um canal de drenagem natural (riacho) durante episódios de

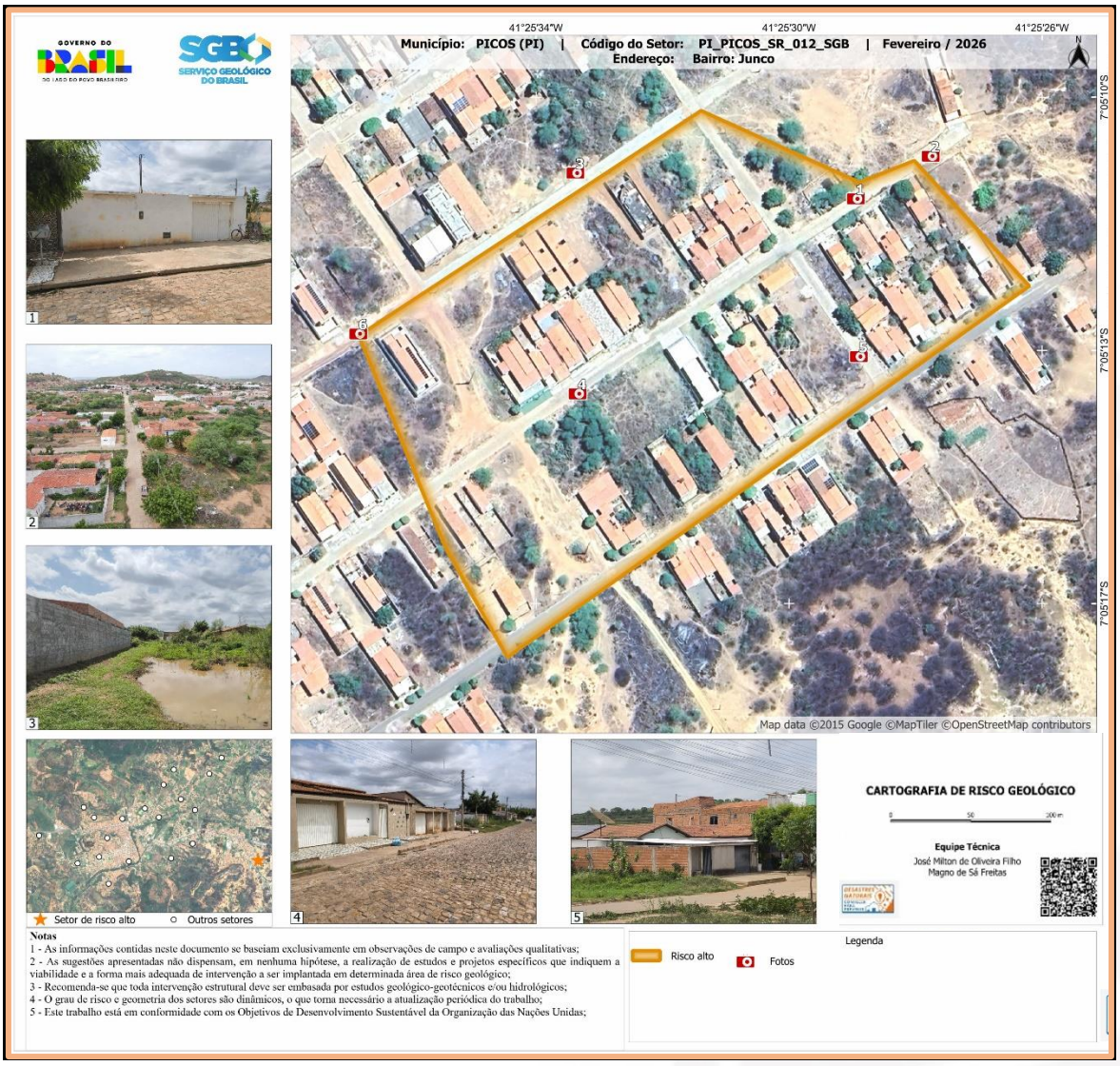
precipitação pluviométrica de elevada intensidade. A caracterização geomorfométrica da zona de influência aponta para uma compartimentação do relevo plana a suavemente rebaixada, com gradiente topográfico inexpressivo e reduzida capacidade de transporte e escoamento gravitacional do fluxo hídrico.

A incapacidade de vazão do canal, aliada ao represamento prolongado da água em superfície, compromete severamente a trafegabilidade e a mobilidade urbana local, resultando no isolamento temporário de quadras inteiras e na degradação precoce da malha viária asfáltica. A exposição contínua e prolongada do pavimento flexível ao estresse hídrico acelera a desagregação do revestimento betuminoso e a perda de capacidade de suporte das camadas de base e sub-base.

Durante os eventos pluviométricos, observa-se a rápida acumulação da lâmina d'água superficial associada a baixíssimas taxas de infiltração no perfil do solo. Essa resposta hidrológica desfavorável decorre da convergência de múltiplos fatores ambientais e antrópicos, tais como o elevado índice de impermeabilização e selamento do solo urbano, o adensamento e compactação do terreno pelo tráfego e ocupação, a presença de horizontes pedológicos de baixa condutividade hidráulica e a provável ascensão sazonal do nível do lençol freático, que reduz a sucção matricial e satura previamente a zona não saturada do solo (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 13

Localização: Bairro Canto da Várzea /Centro

Coordenadas Geográficas: 7°05'02"S 41°28'34"W

Descrição

O setor analisado corresponde a área urbana implantada em relevo íngreme, com ocupação caracterizada predominantemente por intervenções do tipo corte e aterro para viabilização das construções. O substrato geológico apresenta

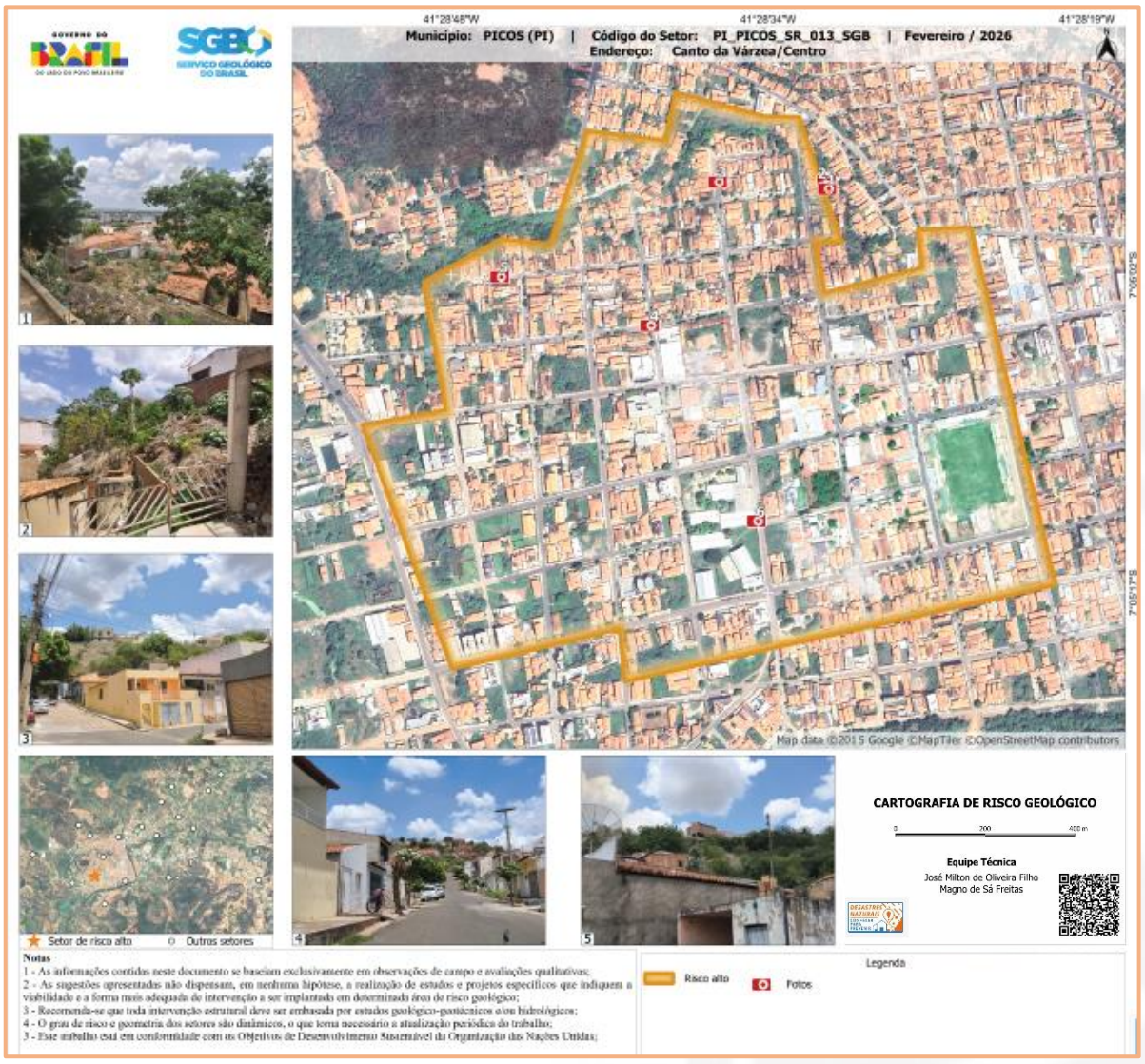
comportamento instável quando exposto, sofrendo desconfinamento e alteração de suas propriedades físicas e mecânicas, com redução da resistência ao cisalhamento e aumento da suscetibilidade a movimentos de massa. A execução de cortes abruptos nas encostas, sem adequada contenção e drenagem, associada à disposição de aterros sobre materiais heterogêneos e pouco compactados, favorece a ocorrência de deslizamentos, principalmente do tipo planar e rotacional superficial, durante períodos de chuvas intensas.

A ausência de galerias pluviais e de dispositivos adequados para a condução das águas da chuva provoca o bloqueio da drenagem natural, redirecionando o fluxo superficial concentrado para as áreas de jusante. Esse direcionamento desordenado do fluxo hídrico favorece o desenvolvimento de processos erosivos acelerados, como ravinamentos, que solapam a base das encostas e intensificam a instabilidade dos taludes montante.

A saturação do solo, resultante da infiltração e da concentração do escoamento superficial, atua como fator deflagrador dos movimentos de massa. Observa-se, ainda, que a ocupação ocorreu de forma desordenada, com edificações implantadas sem planejamento integrado de drenagem urbana. A ausência de galerias pluviais e de dispositivos adequados de condução das águas pluviais provoca o bloqueio da drenagem natural, redirecionando o fluxo superficial para áreas mais baixas (SGB, 2026).

RISCO DE DESLIZAMENTO E ALAGAMENTO





SETOR DE RISCO 14

Localização: Bairro Passagem das Pedras /Boa Vista

Coordenadas Geográficas: 7°05'42"S 41°28'12"W

Descrição

O setor analisado corresponde a área urbana implantada em relevo íngreme, com ocupação caracterizada predominantemente por intervenções do tipo corte e aterro para viabilização das construções. O substrato geológico apresenta

comportamento instável quando exposto, sofrendo desconfinamento e alteração de suas propriedades físicas e mecânicas, com redução da resistência ao cisalhamento e aumento da suscetibilidade a movimentos de massa.

A execução de cortes abruptos nas encostas, sem adequada contenção e drenagem, associada à disposição de aterros sobre materiais heterogêneos e pouco compactados, favorece a ocorrência de deslizamentos, principalmente do tipo planar e rotacional superficial, durante períodos de chuvas intensas.

A saturação do solo, resultante da infiltração e da concentração do escoamento superficial, atua como fator deflagrador dos movimentos de massa. Observa-se, ainda, que a ocupação ocorreu de forma desordenada, com edificações implantadas sem planejamento integrado de drenagem urbana.

A ausência de galerias pluviais e de dispositivos adequados de condução das águas pluviais provoca bloqueio da drenagem natural, redirecionando o fluxo superficial para áreas mais baixas. Esse redirecionamento sobrecarrega as calhas viárias de jusante, transformando vias públicas em canais de enxurrada e ampliando os impactos da instabilidade da encosta para a malha urbana situada em áreas planas (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO E DESLIZAMENTO





SETOR DE RISCO 15

Localização: Bairro Trizidela/Centro

Coordenadas Geográficas: 7°05'10"S 41°27'58"W

Descrição

O setor analisado encontra-se inserido na área de influência direta da planície de inundação do Rio Guaribas, em trecho caracterizado por cotas topográficas baixas, situadas pouco acima do nível regular do rio. Trata-se de ambiente geomorfológico

naturalmente sujeito à expansão lateral do fluxo durante períodos de cheias de grande magnitude.

Durante eventos hidrológicos extremos, o Rio Guaribas extravasa seu leito regular, promovendo o avanço da lâmina d'água sobre áreas adjacentes da planície. No ponto analisado, a topografia favorece o acesso preferencial das águas de cheia, funcionando como zona de entrada e armazenamento temporário da inundação, em razão da baixa cota altimétrica relativa. Esse fenômeno é intensificado pelo assoreamento progressivo do leito do rio, que reduz sua seção transversal útil e diminui substancialmente a vazão de restrição do canal.

Observa-se que, em episódios de grandes cheias, a água atinge diretamente as edificações, havendo registro de inundação no interior de residências, com danos a estruturas, móveis e instalações, além de prejuízos socioeconômicos aos moradores. A permanência da lâmina d'água pode se prolongar em função da reduzida declividade e da dificuldade de escoamento após o pico da cheia (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 16

Localização: Bairro Aerolândia e entorno

Coordenadas Geográficas: 7°04'48"S 41°28'19"W

Descrição

O setor analisado corresponde a área urbana implantada em encosta íngreme, com ocupação desordenada e predominância de intervenções do tipo corte e aterro executados sem critérios técnicos adequados.

Quando exposto pelo processo de corte, o maciço sofre desconfinamento, resultando na redução da resistência mecânica. A facilidade de encharcamento e carreamento de materiais intensifica a suscetibilidade a movimentos de massa durante períodos de precipitação prolongada ou de elevada intensidade.

Observa-se a presença significativa de blocos rochosos instáveis, muitos já posicionados em condição potencial de rolamento ao longo da encosta e na base das áreas ocupadas, configurando ameaça direta às edificações. A perda de sustentação desses blocos é severamente acelerada pela erosão regressiva do solo no entorno de suas bases, que remove a matriz de apoio e altera o centro de gravidade das rochas.

Ao contrário dos deslizamentos de solo, que possuem sinais de aviso prévio mais lentos, o desprendimento e rolamento de matacões (grandes blocos de rocha) ocorrem de forma abrupta, dotando a massa em movimento de altíssima energia cinética. O impacto mecânico decorrente desse processo possui potencial para a destruição completa e instantânea das estruturas de alvenaria situadas a jusante, com risco crítico de fatalidades (SGB, 2026).

RISCO DE QUEDA DE BLOCOS E DESLIZAMENTO

MUITO ALTO R4	296	1184	283	54	198



SETOR DE RISCO 17

Localização: Bairro AABB/DNER

Coordenadas Geográficas: 7°04'48"S 41°26'31"W

Descrição

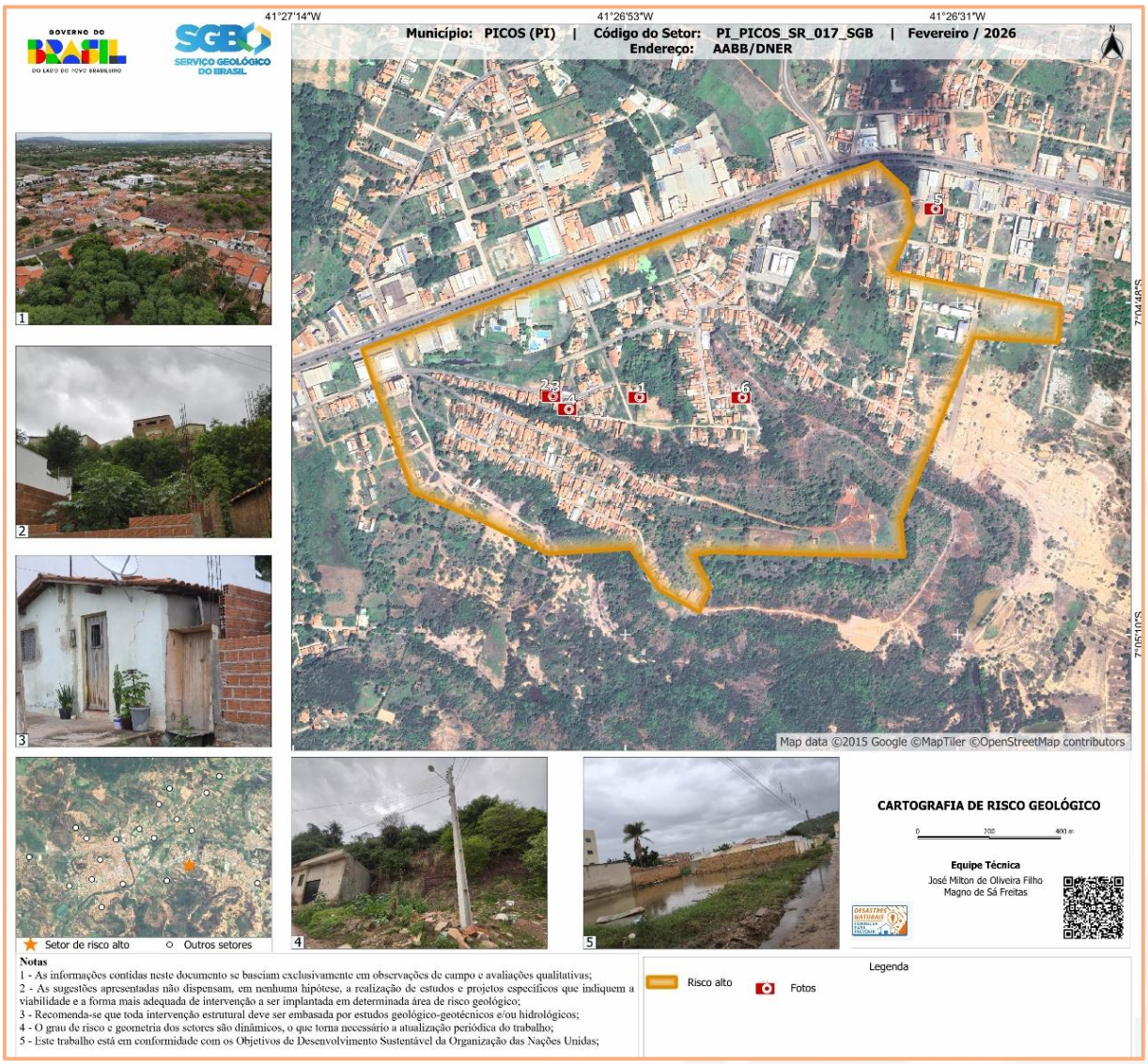
O setor analisado compreende um trecho urbano consolidado de elevada complexidade geodinâmica, abrangendo simultaneamente o fundo de vale de um curso hídrico (planície aluvial) e a encosta adjacente com ocupação residencial densa.

O processo geodinâmico de primeira ordem identificado está associado a dinâmica fluvial do riacho, caracterizado por um histórico recorrente de extravasamento da calha regular e inundação da zona de várzea adjacente durante episódios de precipitação pluviométrica de elevada intensidade e curta duração. Paralelamente ao condicionante hidrológico na base, a porção de encosta voltada para o canal exibe feições ostensivas de instabilidade geotécnica, deflagradas e severamente agravadas por intervenções antrópicas inadequadas, destacando-se a execução de cortes verticais não contidos e desprovidos de dimensionamento estrutural para a implantação de plataformas habitacionais.

Essa configuração geomorfológica integrada que associa a inundação fluvial e o empoçamento na cota de fundo de vale ao risco iminente de escorregamentos e movimentos de massa no talude adjacente estabelece um cenário de riscos correlacionados e sinérgicos, no qual a erosão de pé provocada pelo fluxo hídrico descalça a base da encosta e potencializa o colapso do solo superior. A ausência ou extrema ineficiência de infraestruturas de micro e macrodrenagem pluvial, aliada ao adensamento ocupacional desordenado, à elevada impermeabilização do solo e à falta de faixas de servidão e recuo de segurança (Área de Preservação Permanente), reduz drasticamente o tempo de resposta da população e amplifica a vulnerabilidade socioambiental do setor, resultando em um grau crítico de exposição com potencial para perdas patrimoniais severas e riscos iminentes à integridade física e à vida dos moradores (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO E DESLIZAMENTO





SETOR DE RISCO 18

Localização: Bairro Bomba

Coordenadas Geográficas: 7°04'26"S 41°27'58"W

Descrição

O setor analisado corresponde a área urbana sujeita a inundação por extravasamento de lagoa de recepção localizada no início da Rua Armínio Rocha, cuja função natural é atuar como reservatório temporário das águas pluviais. Entretanto,

durante eventos de precipitação intensa, o volume acumulado supera a capacidade de armazenamento da lagoa, promovendo o extravasamento da lâmina d'água para as vias adjacentes.

O quadro é agravado pela significativa contribuição das águas pluviais não drenadas, em razão de sistema de drenagem urbana inadequado, mal dimensionado e insuficiente para atender à demanda hidrológica do setor. A ausência ou deficiência de galerias pluviais e dispositivos de escoamento favorece o acúmulo superficial de água, que converge para a lagoa e, posteriormente, escoa pelas vias públicas, formando um fluxo concentrado com comportamento semelhante a um córrego temporário.

RISCO DE INUNDAÇÃO





SETOR DE RISCO 19

Localização: Bairro Morada do Sol

Coordenadas Geográficas: 7°04'26"S 41°28'41"W

Descrição

O setor analisado corresponde a área urbana implantada em encosta íngreme, densamente ocupada e modificada por intervenções antrópicas do tipo corte e aterro executados sem critérios técnicos adequados. A ocupação desordenada promoveu

alterações significativas na geometria natural das vertentes, com cortes abruptos, sobrecarga de aterros mal compactados e supressão parcial da cobertura vegetal. O substrato geológico é constituído por rochas fortemente fraturadas, compostas por litologias frágeis, suscetíveis à alteração intempérica e à rápida perda de resistência quando saturadas.

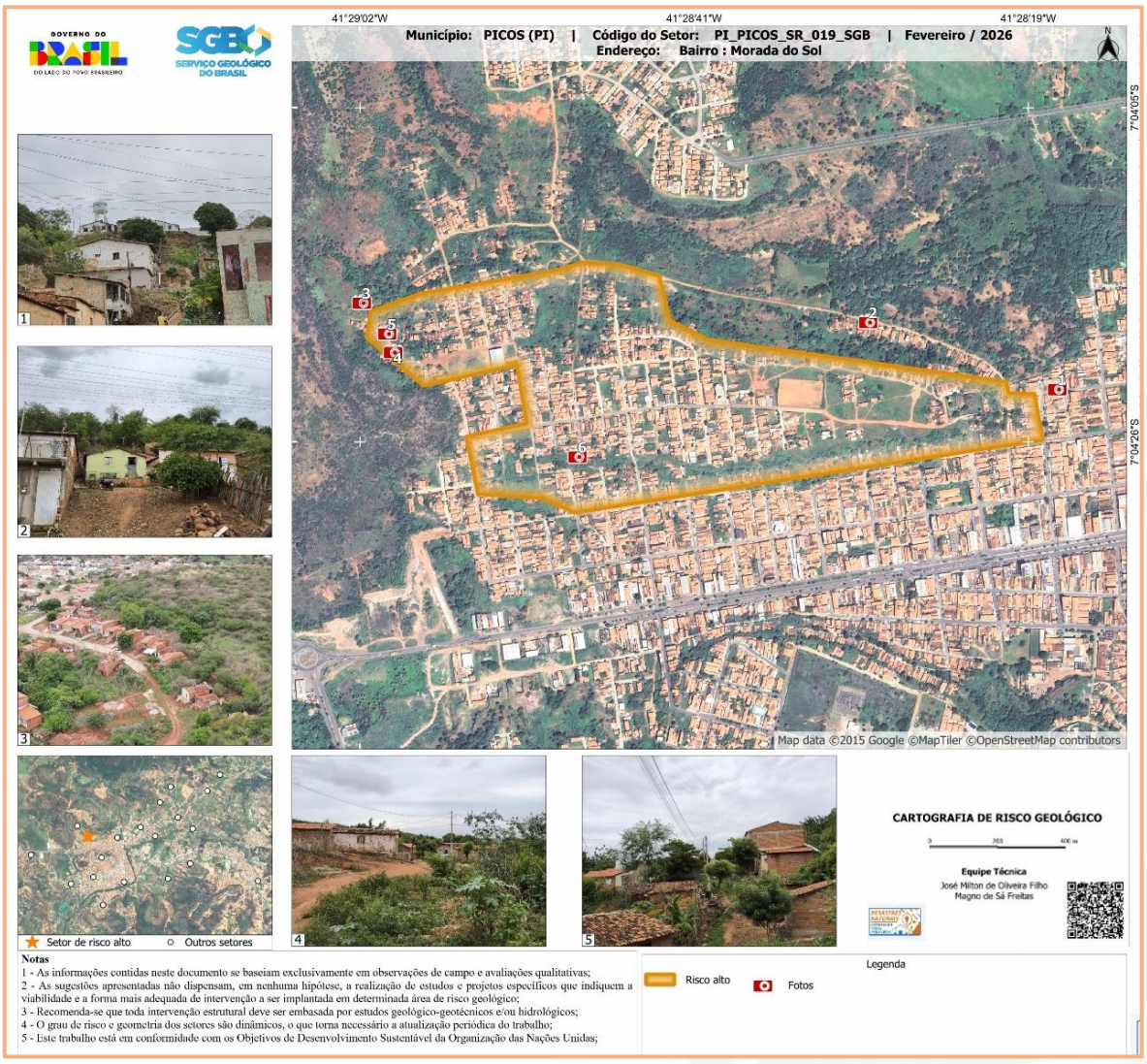
O intenso fraturamento estrutural favorece a infiltração da água ao longo das descontinuidades, promovendo desconfinamento do maciço, redução da coesão e carreamento de partículas finas, o que potencializa a instabilidade.

Durante períodos de inverno rigoroso, com precipitações intensas e acumuladas, as condições tornam-se altamente favoráveis à deflagração de deslizamentos translacionais e superficiais, bem como à ocorrência de rolamento de blocos e corridas de detritos. A presença de material solto na encosta, associada à elevada declividade, aumenta a energia potencial disponível para movimentos gravitacionais.

Essa dinâmica é agravada pela liquefação parcial da massa de solo e rocha triturada que, ao se misturar à água superficial, transforma-se em um fluxo viscoso de alta densidade e velocidade devastadora ao longo das linhas de talvegue (SGB, 2026).

RISCO DE QUEDA DE BLOCOS E DESLIZAMENTO





SETOR DE RISCO 20

Localização: Quilombo

Setor delimitado como área de risco com grau ALTO, suscetível a inundação.

Coordenadas Geográficas: 7°04'12"S 41°28'52"W

Descrição

O setor analisado corresponde a área urbana implantada em encosta de vale, com morfologia caracterizada por forte declividade e presença de cicatrizes de deslizamentos antigos, indicando uma instabilidade natural do terreno.

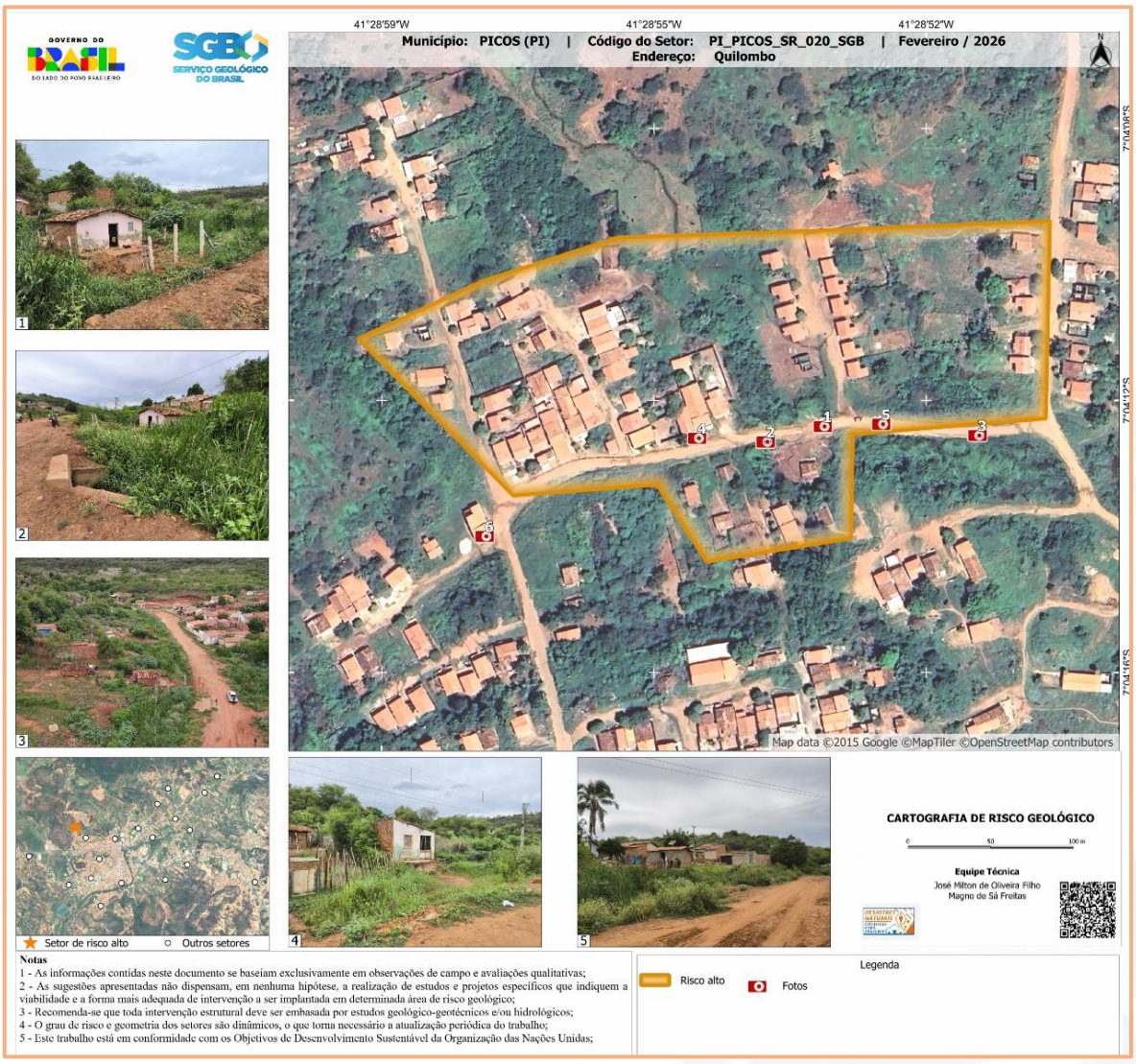
A ocupação residencial ocorreu de forma desordenada ao longo das vertentes, com a realização de intervenções antrópicas agressivas, incluindo cortes verticais não protegidos e deposição de aterros na frente das encostas, sem obras de contenção ou compactação. O substrato local é composto por solo residual jovem de grande espessura, sobrejacente a rocha alterada, o que confere elevada suscetibilidade à erodibilidade e perda de sustentação.

A ausência de pavimentação nas vias e a carência de um sistema formal de drenagem pluvial contribuem para a formação de processos erosivos do tipo ravinas e voçorocas, os quais desestabilizam as bases das encostas. O avanço dessas incisões erosivas provoca o solapamento mecânico dos taludes, fazendo com que as voçorocas evoluam por regressão de cabeceira e passem a engolir progressivamente os terrenos e fundações localizados a montante.

Durante períodos de alta precipitação pluviométrica, a infiltração contínua e a concentração do fluxo superficial causam a rápida saturação do solo, elevando o peso da massa e reduzindo o atrito interno, o que torna o setor vulnerável à ocorrência de novos movimentos de massa que ameaçam diretamente as moradias locais (SGB, 2026).

RISCO DE INUNDAÇÃO





8.4 Detecção, avaliação e classificação das emergências

Cenário de Risco: Alagamento, Inundações, Queda de Blocos e Deslizamentos

Nível de Resposta	Condição/Situação	Plano

Normal	Período de estiagem, sem previsão de chuvas com grande volume.	Realizar a atualização do mapeamento das áreas de risco no município; Realizar campanhas educativas e orientativas sobre as áreas de risco; Realizar ações de manutenção de cursos hídricos e canais de drenagem; Realizar campanhas educativas sobre altas temperaturas e baixa umidade; Realizar simulados com populações residentes em áreas de risco previstas no PLANCON; Providenciar moradias seguras para a retirada definitiva de moradores de áreas de risco.
Atenção	Período chuvoso, com alertas replicados pela Defesa Civil Estadual com risco moderado e risco alto.	Replicar os alertas nas mídias disponíveis do município; Monitorar pluviômetros do município; Monitorar a precipitação diária através da Estação Agrometeorológica SPI-A002 – Picos (https://pcdweb.dualbase.com.br/mapa); Monitorar as áreas suscetíveis à ocorrência de desastres hidrológicos através das câmeras de monitoramento.
Alerta	Período chuvoso, com alertas replicados pela	Replicar os alertas nas mídias disponíveis do município; Equipes da Secretaria Municipal de Defesa Civil em Alerta;

	Defesa Civil Estadual com risco muito alto e registros de ocorrências de alagamentos, inundações ou enxurradas. Chuvas de longa duração com acumulados a partir de 60 mm/dia e eventos descontínuos.	Monitorar pluviômetros do município; Monitorar a precipitação diária através da Estação Agrometeorológica SPI-A002 – Picos (https://pcdweb.dualbase.com.br/mapa); Monitorar as áreas suscetíveis à ocorrência de desastres hidrológicos através das câmeras de monitoramento; Acionamento do Comitê de Gerenciamento de Crise (Alerta); Realizar o registro no S2ID; Acompanhar as ações de socorro dos órgãos competentes; Avaliar a necessidade de remoção preventiva dos moradores das áreas de risco.
Emergência	Período chuvoso, com alertas replicados pela Defesa Civil Estadual com risco muito alto e registros de ocorrências de alagamentos,	Replicar os alertas nas mídias disponíveis do município; Monitorar a precipitação diária através da Estação Agrometeorológica SPI-A002 – Picos (https://pcdweb.dualbase.com.br/mapa); Acionar os órgãos de resposta presentes no município para socorros de urgência e resgate de pessoas; Propor a instalação de gabinete de crise para gerenciamento do desastre; Evacuar as pessoas e providenciar abrigos temporários;

	inundações ou enxurradas com necessidade de socorro de pessoas em situação de risco. Episódios chuvosos (80 mm ou 72h de chuvas contínuas)	Prevenir, monitorar e mitigar os riscos epidemiológicos, sanitários e ambientais decorrentes do desastre, assegurando a detecção precoce de surtos e a proteção da saúde da população afetada e das equipes de resposta; Elaboração do Relatório de desastre (se necessário), em até 120h; Realizar registro no S2ID da ocorrência do desastre e avaliar a necessidade de decretar situação de emergência ou calamidade pública e aporte de recursos do estado, da União ou de ambos os entes federativos; Ações de reconstrução em áreas afetadas.

8.5. Órgãos envolvidos

Órgãos Municipais

- Secretaria Municipal de Defesa Civil
- Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Urbanismo
- Secretaria Municipal de Saúde

- Secretaria Municipal de Serviços Públicos
- Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana
- Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens
- Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Animal

Órgãos Estaduais

- Secretaria de Estado da Defesa Civil do Piauí (SEDEC-PI)
- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí (CBMEPI)
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)
- Polícia Militar do Piauí (PM/PI)
- Secretaria Estadual de Educação (SEDUC)

Órgãos Federais

- Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
- 3º Batalhão de Engenharia de Construção

Organizações não estatais

- Equatorial Energia
- Águas do Piauí

8.6 Ações e responsabilidades das instituições em caso de desastre por alagamento, inundações, queda de bloscos e deslizamentos

Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil

- Acionar as outras instituições do PLANCON que tenham competência na situação elencada;
- Gerenciar o desastre em nível local;
- Instalar um gabinete de crise, caso necessário, para que todas as instituições presentes no município possam trabalhar de forma mais ordenada;
- Verificar a necessidade de evacuação nas áreas atingidas;
- Coordenar os abrigos temporários pré-definidos na elaboração do PLANCON;
- Realizar o levantamento de danos e afetados para preenchimento no S2ID;
- Assessorar o prefeito sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, e, quando for o caso, solicitar recursos para ajuda humanitária, restabelecimento e reconstrução;
- Manter monitoramentos das condições climáticas;
- Distribuir aos afetados itens de ajuda humanitária, como alimentos, água, colchões, itens de higiene e limpeza;
- Convocar os voluntários de proteção e defesa civil, caso haja necessidade de apoio nas ações de logística.

Corpo de Bombeiros Militar

- Realizar salvamentos de vítimas isoladas em razão das chuvas;
- Realizar busca de desaparecidos;
- Realizar a evacuação de pessoas das áreas atingidas;
- Realizar remoção e transporte de feridos;

- Participar da distribuição de itens de ajuda humanitária;
- Apoiar no gerenciamento de abrigos;
- Apoiar no gerenciamento do desastre.

Polícia Militar

- Realizar o direcionamento e bloqueio de trânsito;
- Intensificar o policiamento ostensivo nas áreas atingidas e nos abrigos temporários;
- Auxiliar no resgate de pessoas das áreas atingidas;
- Auxiliar na distribuição de itens de ajuda humanitária e na logística dos abrigos.

SAMU

- Realizar remoção e transporte de feridos;
- Realizar atendimentos de primeiros socorros;
- Apoiar e divulgar as campanhas de arrecadação de ajuda humanitária.

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

- Fornecer apoio com caminhão pipa de água potável;

Equatorial Energia

- Garantir o fornecimento dos serviços de energia;
- Desligar a energia em locais de risco elétrico;

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

- Realizar levantamento de pessoas atingidas, bem como aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social;
- Verificar a necessidade de atendimento psicossocial para as pessoas que foram afetadas pelo desastre;
- Gerenciar os abrigos temporários;
- Gerenciar o recebimento e a triagem de doações;
- Gerenciar a confecção de alimentos para os desabrigados.

Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Urbanismo

- Realizar obras emergências para restabelecimentos dos acessos;
- Fornecer apoio com maquinários.

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

- Apoiar com maquinário o restabelecimento de vias e acessos.
- Realizar limpeza de vias e espaços públicos atingidos pelo desastre.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

- Fornecer apoio logístico a defesa civil na avaliação técnica de encostas e áreas vulneráveis.

Secretaria Municipal de Educação e Universidades

- Verficar a necessidade de suspensão das aulas em decorência da magnitude do desastre;
- Disponibilizar, em último caso, quadras de esportes e salas de aula para abrigar os afetados pelo desastre;
- Disponibilizar ônibus escolares, caso seja necessário, para transportar as pessoas afetas pelo desastre.

Secretaria Municipal de Saúde

- Prevenir, monitorar e mitigar os riscos epidemiológicos, sanitários e ambientais decorrentes do desastre;
- Realizar levantamento de enfermos e feridos para providenciar atendimento;
- Verificar a necessidade e posterior implementação de um posto de atendimento provisório nos abrigos temporários.

9. RISCO DE ESCASSEZ HÍDRICA

O risco de escassez hídrica no município de Picos - PI é uma realidade recorrente, especialmente durante o período de estiagem, quando a redução das chuvas e o aumento das temperaturas comprometem significativamente a disponibilidade de água para consumo humano, atividades econômicas e serviços essenciais. Historicamente, o município enfrenta dificuldades no abastecimento nesse período crítico, exigindo ações coordenadas de prevenção, monitoramento e resposta por parte dos órgãos responsáveis.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, responsável por articular e apoiar as ações de segurança hídrica e suporte à produção no município, tem desempenhado um papel fundamental na mitigação desses riscos. Nos últimos anos, a secretaria vem implementando melhorias contínuas nos sistemas de

captação, armazenamento e distribuição de água, especialmente nas zonas rurais e agrícolas, ampliando a capacidade de resposta diante de eventos de escassez.

Destaca-se, ainda, o desenvolvimento e a aplicação de um Plano de Contingência próprio pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, que tem se mostrado eficaz em anos anteriores, ao garantir o abastecimento mínimo necessário à população e aos produtores locais durante os períodos de maior criticidade. A adoção de estratégias preventivas, aliada à experiência adquirida e ao fortalecimento da infraestrutura hídrica, torna-se essencial para minimizar os impactos da estiagem e garantir a segurança hídrica de Picos.

9.1 Detecção, avaliação e classificação das emergências

Cenário de Risco: Escassez Hídrica

Nível de Resposta	Condição/Situação	Plano
Normal	Período de chuva com níveis normais do reservatório.	Manter ativo programa contra o desperdício de água pela população (campanhas em todos veículos de comunicação, rede pública de ensino, etc.).
Atenção	Represas com altura de 3,00 metros - 87,7% a 2,50 metros - 71,4%.	Manter ativo programa contra o desperdício de água pela população (campanhas em todos veículos de comunicação, rede pública de ensino, etc.); Realizar manutenção preventiva em conjuntos moto bombas para eventual escassez;

		Mobilizar para execução de medidas estruturais: infraestrutura e documentação legal para utilização de captações/ barramentos auxiliares as captações.
Alerta	Represas com altura de 2,00 metros - 57,1% a 1,00 metros - 28,6%.	Manter todas as ações dos eventos anteriores; Solicitação de maquinário para a **Prefeitura**, como carro pipas (caso necessário); Informar a população de revezamento na distribuição de água (**Coletiva de Imprensa**). Alterar programa de racionamento de água de 24 horas para 48 horas.
Emergência	Represas com altura abaixo de 0,50 metro - 14,3%.	Manter todas as ações dos eventos anteriores; Acionar a Defesa Civil Estadual; Utilizar caminhões pipa no abastecimento residencial (Água Potável); Decretar Situação de Emergência.

9.2 Ações e responsabilidades das instituições em caso de desastre por escassez hídrica

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

- Manter ativo programas contra o desperdício de água pela população (campanhas em todos veículos de comunicação, rede pública de ensino, etc.);
- Informar a prefeitura municipal da possibilidade de emitir decreto de racionamento de água;
- Realizar manutenção preventiva em conjuntos moto bombas para eventual escassez;
- Realizar a limpeza e ampliação de barreiros na zona rural;
- Mobilizar para execução de medidas estruturais: infraestrutura e documentação legal para utilização de captações/barramentos auxiliares as captações;
- Solicitar de utilização de represas auxiliares;
- Solicitação de maquinário para a Prefeitura (caso necessário);
- Informar a população de revezamento na distribuição de água (Coletiva de Imprensa);
- Alterar programa de racionamento de água de 24 horas para 48 horas, quando necessário;
- Utilizar caminhões pipa no abastecimento residencial (Água Potável).

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

- Acionar as outras instituições do PLANCON que tenham competência na situação elencada;
- Gerenciar o desastre em nível local;

- Propor a instalação de gabinete de crise, caso necessário, para que todas as instituições presentes no município possam trabalhar de forma mais ordenada;
- Instruir o prefeito sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, quando for o caso.

Corpo de Bombeiros Militar

- Realizar o abastecimento emergencial de água em locais críticos, como hospitais, escolas, entre outros.

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

- Realizar levantamento de pessoas mais vulneráveis com o desabastecimento de água;
- Contribuir com a escolha de prioridades de abastecimento em caso de racionamento extremo de água.

Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Urbanismo

- Atender à solicitação de emprego de maquinários da Sec. de Obras em ações emergenciais solicitadas pelo Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

Secretaria Municipal de Educação

- Verificar a necessidade de suspensão das aulas em decorrência da magnitude do desastre.

Secretaria Municipal de Saúde

- Realizar distribuição de hipoclorito de sódio para a tratamento de água bruta, adquirida pela população de outras formas que não seja através do Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

10. RISCO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

O risco de incêndio florestal representa uma das principais ameaças à segurança ambiental, à saúde pública e ao patrimônio natural do município de Picos, especialmente durante o período mais seco do ano, popularmente conhecido na região como "B-R-O Bró" (que se estende de setembro a dezembro). Com base nos dados levantados pelo grupo de trabalho em reunião técnica realizada na cidade, foi possível identificar um cenário de risco altamente crítico, exigindo ações integradas e planejamento específico no âmbito da Defesa Civil Municipal e órgãos parceiros.

A vegetação predominante no município é a Caatinga, caracterizada por estratos arbustivos e arbóreos, além de espécies cactáceas e pastagens nativas, apresentando elevada carga de material combustível na superfície em razão da perda de folhas durante a estiagem, o que favorece a rápida ignição e propagação do fogo. Associado a esse cenário, as condições climáticas extremas da região, com temperaturas que frequentemente oscilam entre 38ºC e 42ºC, umidade relativa do ar que despenca para níveis inferiores a 20%, ausência total de precipitação e ventos fortes e constantes, ampliam significativamente o potencial devastador dos incêndios.

A topografia da região, caracterizada por áreas de vales, relevos de encostas e chapadas, dificulta o acesso e o combate direto ao fogo pelas equipes de resgate, tornando essencial o planejamento preventivo. Além disso, a ação humana constitui um fator determinante para a ocorrência dos sinistros, destacando-se para a queima inadequada de pastagens e roçados nas comunidades da zona rural, utilização do fogo para a limpeza de terrenos baldios no perímetro urbano, além da queima irregular de resíduos sólidos em lixões ou nas proximidades das rodovias BR-316 e BR-407, que atravessam o município.

O histórico local aponta para uma alta frequência de focos de calor durante o segundo semestre, com causas recorrentes associadas a práticas agrícolas tradicionais sem controle, atos de vandalismo e negligência. Diante disso, este Plano de Contingência estabelece estratégias específicas para a proteção de áreas prioritárias, incluindo o entorno de mananciais, as comunidades agrícolas vulneráveis da zona rural de Picos e áreas de preservação da Caatinga, buscando minimizar os graves impactos ambientais, sociais e econômicos, além dos severos problemas respiratórios causados à população pela fumaça.

10.1 Detecção, avaliação e classificação das emergências

Cenário de Risco: Incêndio Florestal

Nível de Resposta	Condição/Situação	Plano
Normal	Período chuvoso no estado, durante o qual não são registradas ocorrências de incêndios florestais.	Realizar campanhas educativas na escolas e veículos de comunicação; Confecção de aceiros em áreas suscetíveis a incêndios florestais; Realizar capacitação de brigadas de combate a incêndios florestais; Identificar áreas críticas suscetíveis a ocorrência dos incêndios florestais.
Atenção	Durante todo o período proibitivo do uso do fogo.	Realizar campanhas informativas nos veículos de comunicação sobre o período proibitivo do uso do fogo;

		Realizar monitoramento das condições climáticas e da ocorrência de focos de calor através de satélites; Realizar uma revisão nos recursos disponíveis para o combate aos incêndios florestais.
Alerta	Incêndio de grandes proporções em áreas de preservação ambiental.	Acionar equipes do CBMPI e brigadistas de combate aos incêndios florestais; Avaliar a necessidade de emprego de aeronaves; Realizar monitoramento das condições climáticas e a evolução do incêndio florestal; Realizar registro no S2ID da ocorrência do desastre.
Emergência	Mais de um incêndio de grandes proporções em áreas de preservação ambiental ou propriedades particulares, que comprometam a qualidade do ar.	Propor ao prefeito o estabelecimento do gabinete de crise; Acionar equipes do CBMPI e brigadistas de combate aos incêndios florestais; Avaliar a necessidade de emprego de aeronaves; Realizar monitoramento das condições climáticas e a evolução do incêndio florestal;

		Realizar registro no S2ID da ocorrência do desastre e avaliar a necessidade de decretar situação de emergência e aporte de recursos do estado, da União ou de ambos os entes federativos; Avaliar a necessidade de emprego de voluntários de proteção e defesa civil para apoio logístico.

10.2 Ações e responsabilidades das instituições em caso de desastre por incêndio florestal

Secretaria Municipal de Defesa Civil

- Realizar as campanhas de conscientização sobre o período proibitivo do uso do fogo;
- Verificar a necessidade de acionamento de aeronaves e caminhões-pipas;
- Convocar os voluntários de defesa civil, caso necessário;
- Acionar as outras instituições do PLANCON que tenham competência na situação elencada;
- Gerenciar o desastre em nível local;
- Propor a instalação de um gabinete de crise, caso necessário, para que todas as instituições presentes no município possam trabalhar de forma mais ordenada;
- Instruir o prefeiro sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, como também o aporte de recursos estadual e federal, quando for o caso.

Corpo de Bombeiros Militar

- Combater os incêndios florestais;
- Capacitar brigadistas;
- Monitorar os eventos de fogo.

Brigada de Incêndio Municipal

- Combater os incêndios florestais;
- Monitorar os eventos de fogo;
- Acionar as equipes de apoio do Corpo de Bombeiros.

Polícia Militar

- Realizar o direcionamento e bloqueio de trânsito;
- Intensificar o policiamento ostesivo e condução de incendiários.

SAMU

- Realizar socorro de urgência e emergência aos feridos.

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

- Realizar levantamento de afetados pelos incêndios;
- Prestar ajuda humanitária.

Secretaria Municipal de Educação

- Apoiar e divulgar as campanhas de conscientização sobre o período proibitivo do uso do fogo.

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hidricos

- Fornecer apoio com a Brigada Municipal de Incêndios;
- Realizar campanhas de conscientização sobre o período proibitivo do uso do fogo.

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

- Fornecer apoio com caminhão-pipa.

Sindicato Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- Apoiar e divulgar as campanhas de conscientização sobre o período proibitivo do uso do fogo;
- Fornecer pontos de abastecimeno de água;
- Solicitar apoio junto aos produtores rurais.

Equatorial Energia

- Realizar a limpeza nas redes de transmissão;
- Desligar a rede em caso de incêndios.

11. RISCO DE ACIDENTE COM PRODUTOS PERIGOSOS

Embora o município de Picos não registre, até o momento, um histórico alarmante de grandes desastres envolvendo produtos perigosos dentro do perímetro urbano, o risco potencial é elevado e deve ser considerado central no planejamento de ações preventivas e de resposta da Defesa Civil.

Devido à sua posição geográfica estratégica, a cidade funciona como um dos principais entroncamentos rodoviários do Nordeste, sendo atravessada por rodovias federais de intenso movimento (como as BR-316 e BR-407), utilizadas diariamente para o transporte de cargas perigosas, em especial combustíveis, produtos químicos industriais e defensivos agrícolas, cuja manipulação e deslocamento apresentam alto grau de risco à saúde pública, ao meio ambiente e à infraestrutura urbana e rural.

Um dos principais perigos associados a esse tipo de acidente na região é a possibilidade de contaminação ambiental aguda, sobretudo dos recursos hídricos e do solo semiárido.

Diante da dependência do município em relação ao abastecimento de água realizado majoritariamente por poços profundos que captam água do lençol freático e por sistemas de distribuição locais, um vazamento, tombamento de caminhão-tanque ou derramamento de substâncias químicas em áreas próximas a mananciais, rios sazonais (como o Rio Guaribas) ou reservatórios pode comprometer seriamente a qualidade da água subterrânea e de superfície.

Esse cenário afetaria imediatamente o fornecimento público, exigindo medidas emergenciais integradas por parte do poder público municipal, dos órgãos de fiscalização ambiental e da Águas do Piauí, empresa responsável pelo abastecimento de água na cidade.

11.1 Detecção, avaliação e classificação das emergências

Cenário de Risco: Acidente com Produtos Perigosos

Nível de Resposta	Condição/Situação	Plano
Normal	Período de normalidade sem acidentes com produtos perigosos.	Realizar levantamento e atualização dos tipos de produtos perigosos que circulam no município; Realizar levantamento de pontos críticos de acidentes de carretas que transportam produtos perigosos; Identificar os pontos de interseção entre rodovias e curso hídrico, assim como os pontos de captação de água do município.
Atenção	Acidente com produtos perigosos próximos de população residente ou cursos de água.	Acionar as instituições competentes em acidentes com produtos perigosos; Verificar com os órgãos ambientais se ocorreu comprometimento da qualidade dá água, do solo e do ar; Realizar registro no S2ID da ocorrência do desastre.
Alerta	Acidente com produtos perigosos em locais com população residente ou em locais com cursos de água.	Acionar as instituições competentes em acidentes com produtos perigosos; Verificar com os órgãos ambientais se ocorreu comprometimento da qualidade dá água, do solo e do ar; Realizar registro no S2ID da ocorrência do desastre.

Emergência	Acidente com produtos perigosos que afete população residente ou contamine cursos de água.	Acionar as instituições competentes em acidentes com produtos perigosos; Verificar com os órgãos ambientais se ocorreu comprometimento da qualidade dá água, do solo e do ar; Realizar registro no S2ID da ocorrência do desastre e verificar a necessidade de decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública.

11.2 Ações e responsabilidades das instituições em caso de desastre por acidente com produtos perigosos

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

- Acionar as outras instituições do PLANCON que tenham competência na situação elencada;
- Gerenciar o desastre em nível local;
- Propor ao prefeito a instalação de gabinete de crise, caso necessário, para que todas as instituições presentes no município possam trabalhar de forma mais ordenada;
- Instruir o prefeito sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, quando for o caso.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

- Identificação de Danos: Avalia a extensão da contaminação no solo, ar ou em corpos d'água próximos (rios, riachos, açudes ou lençol freático);

- Monitoramento de Recursos Hídricos: Coleta amostras ou coordena análises para verificar se houve poluição de fontes de abastecimento de água ou ecossistemas aquáticos;
- Notificar imediatamente o órgão ambiental estadual SEMARH e o IBAMA, quando a magnitude do acidente exigir suporte técnico especializado ou afetar corpos d'água de domínio da União/Estado.

Corpo de Bombeiros Militar

- Realizar salvamentos de vítimas afetadas pelos produtos perigosos;
- Realizar o isolamento da área afetada;
- Realizar a contenção do produto perigoso;
- Seguir as demais orientações da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Polícia Rodoviária Federal

- Realizar o isolamento da área afetada e a segurança do perímetro.

Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana – STTRAM

- Auxiliar no isolamento de áreas afetas e na organização do tráfego urbano/rodoviário em sinistros ocorridos no perímetro urbano de rodovias (como na BR-316 / BR-407) e em intersecções de alto fluxo, a exemplo do Balão da Bomba.

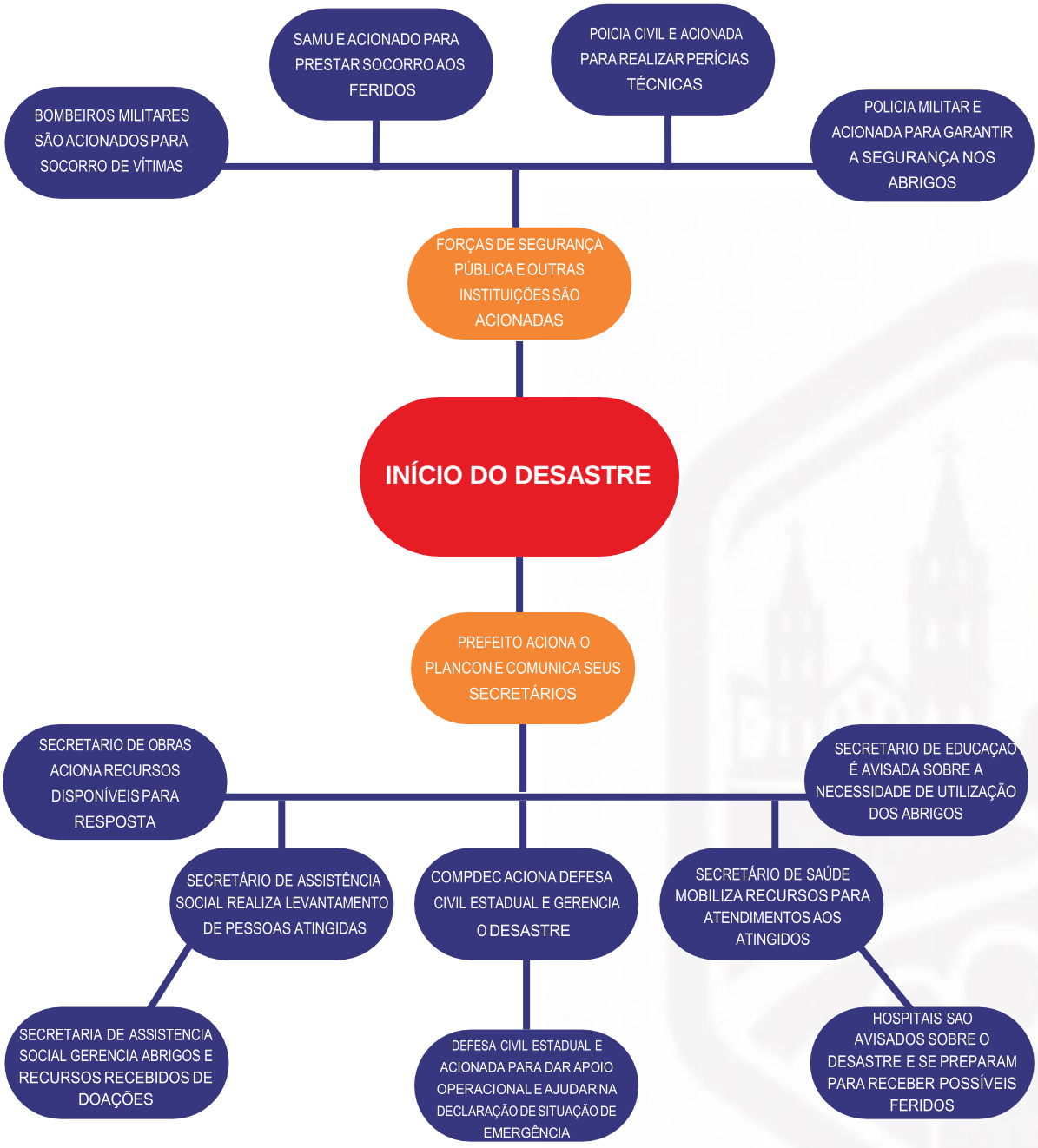
SAMU

- Realizar atendimento de primeiros socorros para as pessoas afetadas pelo desastre.

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

- Verificar a necessidade de atendimento psicossocial para as pessoas que foram afetadas pelo desastre;
- Realizar levantamento de pessoas atingidas, bem como aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social.

12 FLUXOGRAMA PARA ACIONAMENTO DO PLANCON



13 CONTATOS PARA ACIONAMENTO DO PLANO

Tabela 1. Responsáveis por cada órgão municipal de acionamento.

MUNICIPAL			
Órgão	**Função**	**Nome**	**Contato**
Prefeitura	Prefeito	Pablo Dantas de Moura Santos	-
Prefeitura	Chefe de Gabinete	Filomeno Portela Richard Neto	(XX) XXXX-XXXX
Secretária Municipal de Defesa Civil	Secretária	Camila de Sousa Luz	(XX) XXXX-XXXX
Secretaria Mun. De Agricultura	Secretária	Maria de Fátima Lacerda de Sá Barros	(XX) XXXX-XXXX
Secretária Municipal de Educação	Secretária	Francisca Mary Martins Dantas Holanda	(XX) XXXX-XXXX
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Secretária	Sara Maria de Sousa Carvalho	(XX) XXXX-XXXX
Secretário Municipal do Trabalho e Assistência Social	Secretário	Luzifrank Júnior de Sousa	(XX) XXXX-XXXX

Secretário Municipal de Obras, Habitação e Urbanismo	Secretário	Marlon Gomes de Sousa Bezerra	(XX) XXXX-XXXX
Secretário Municipal de Saúde	Secretária	Yara Gonçalves Portela	(XX) XXXX-XXXX
Secretário Municipal de Serviços Públicos	Secretário	Paulo Sérgio Santos Lopes Júnior	(XX) XXXX-XXXX
Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana	Secretário	Edvaldo José de Moura Filho	(XX) XXXX-XXXX
Secretário Municipal de Estradas e Rodagens	Secretário	Thiago Cortez Barros Gonçalves Nunes	(XX) XXXX-XXXX
Secretária Municipal de Proteção e Defesa Animal	Secretária	Victória Gonçalves Bezerra de Lima Araújo	(XX) XXXX-XXXX

14 ACIONAMENTO DOS RECURSOS

Os recursos serão acionados durante o pré-impacto pela Prefeitura Municipal, com auxílio da Secretaria Municipal de Defesa Civil, através dos procedimentos administrativos e jurídicos em Defesa Civil.

A decretação de Situação de Emergência (S.E) ou de Estado de Calamidade Pública (E.C.P) se dará quando estiver caracterizado o desastre, e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial, que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas para as ações de resposta e recuperação aos desastres.

O acionamento adicional de recursos durante as fases de resposta e recuperação será feito mediante solicitação de apoio aos órgãos estaduais e federais, após a homologação estadual e/ou reconhecimento da S.E ou E.C.P. Compete ao Prefeito Municipal decretar a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública. O reconhecimento federal deverá adotar as medidas previstas na Portaria MDR nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

15. RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

O município de Picos conta atualmente com 53 escolas da rede municipal, que atendem a alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além destas, a cidade possui aproximadamente 15 escolas estaduais que ofertam o Ensino Médio e modalidades especializadas, totalizando cerca de 68 instituições de ensino públicas.

No Quadro abaixo são apresentadas as escolas que poderão ser utilizadas como abrigos temporários em caso de desastres. As Unidades foram selecionadas com base em dois critérios estratégicos: localização fora das áreas de risco delimitadas pelo Serviço Geológico do Brasil e proximidade com as regiões afetadas.

Lista das escolas que podem ser utilizadas como abrigo em caso de desastres no município de Picos.

15.1 Escolas municipais

- **Escola Municipal Tia Lurdes**

Endereço: Avenida Frei Damião, Quadra39, Lote 23, Bairro Belo Norte

Capacidade de abrigados: 50 pessoas

Banheiros disponíveis: 03

Banheiros adaptados: não

Refeitório: sim

Capacidade do Refeitório: 30 pessoas

Responsável: Mayara Macedo do Nascimento Moura

Contato: (XX) XXXX-XXXX

- **Escola Municipal Francisco Barbosa de Moura**

Endereço: Rua Primeiro de Maio, s/n, Bairro Boa Sorte

Capacidade de abrigados: 60 pessoas

Banheiros disponíveis: 03

Banheiros adaptados: sim

Refeitório: sim

Capacidade do Refeitório: 30 pessoas

Responsável: Maria Edilene Sousa

Contato: (XX) XXXX-XXXX

- **Centro de Ensino de Tempo Integral (CETI) Miguel Lidiano**

Endereço: Rua Lírio Beduíno, s/n, Bairro Junco

Capacidade de abrigados: Aproximadamente 240 pessoas

Banheiros disponíveis: 01 masculino e 01 feminino, cada um com 04 boxes de vasos sanitários

Banheiros adaptados: 01 masculino e 01 feminino.

Refeitório: Sim

Capacidade do Refeitório: 100

Responsável: Islândia Cleide de Araújo Pereira

Contato: XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

- **Escola Municipal Padre Madeira**

Endereço: Rua Francisco Prota, s/n, Bairro Centro

Capacidade de abrigados: 80 pessoas

Banheiros disponíveis: 05

Banheiros adaptados:01

Refeitório: sim

Capacidade do Refeitório: 100 pessoas

Responsável: Hylário Barbosa Guimarães

Telefone: (XX) XXXX-XXXX

- **Escola Municipal Otília Neiva de Moura Santos**

Endereço: Rua Monsenhor Hipólito, Centro, 64600-104.

Capacidade de abrigados: 200 pessoas

Banheiros disponíveis: 03

Banheiros adaptados: 01

Refeitório: sim

Capacidade do Refeitório: 150 pessoas

Responsável: Tiago Rafael de Sousa Marques

Contato: (XX) XXXX-XXXX

- **Escola Municipal Francisco José de Araújo**

Endereço: Rua Francisco José de Araújo, Morro da Macambira

Capacidade de abrigados: 50 pessoas

Banheiros disponíveis: 05

Banheiros adaptados: 01

Refeitório: Sim

Capacidade do Refeitório: 30 pessoas

Responsável: Adriana Maria de Sousa Araújo

Contato: (XX) XXXX-XXXX

- **Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) - Centro Escolar Municipal**

Endereço: R. Francisco Matias dos Santos, s/n, Parque de Exposição

Capacidade de abrigados: 80

Banheiros disponíveis: sim

Banheiros adaptados: 01

Refeitório: sim

Capacidade do Refeitório: 50

Responsável:

Contato:

15.2 Escolas Estaduais

- **CETI Araújo Luz**

Endereço: Rua Egídio Francisco da Luz, nº 534, Bairro Ipueiras

Capacidade de abrigados: 400 pessoas

Banheiros disponíveis: 04

Banheiros adaptados: 02

Refeitório: Sim

Capacidade do Refeitório: 100 pessoas

Responsável: Maria Ivete de Araújo Luz Silva

Contato: (XX) XXXX-XXXX

- **CETI Teresinha Nunes**

Endereço: Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 496, Bairro Fátima

Capacidade de abrigados: 150 pessoas

Banheiros disponíveis: 06 sanitários.

Banheiros adaptados: 01

Refeitório: Não possui

Capacidade do Refeitório: Não se aplica

Responsável: José Ronildo da Costa

Contato: (XX) XXXX-XXXX

- **CETI Petrônio Portela**

Endereço: Rua Monsenhor Hipólito, s/n, Bairro Canto da Várzea

Capacidade de abrigados: 300 pessoas

Banheiros disponíveis: 09 cabines no banheiro feminino e 09 cabines no banheiro masculino

Banheiros adaptados: 01 (sem funcionamento).

Refeitório: Sim

Capacidade do Refeitório: Aproximadamente 100 pessoas

Responsável: Antônia Magna Moreira e Silva

Contato: (XX) XXXX-XXXX

- **CETI Ozildo Albano**

Endereço: Rua Marcos Parente, s/n, Picos

Capacidade de abrigados: 100 pessoas

Banheiros disponíveis: 02

Banheiros adaptados: 01

Refeitório: Não possui

Capacidade do Refeitório: Não se aplica

Responsável: Raimunda Monteiro

Contato: (XX) XXXX-XXXX

16 RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

A secretaria Municipal de Defesa Civil é o primeiro nível de resposta em situações de desastre no âmbito municipal. Dentre as diversas responsabilidades e competências desempenhadas, destacamos as que se enquadram na fase de Preparação e Resposta, objetivo principal deste documento.

Preparação:

- Envolver a comunidade, sociedade civil organizada, órgãos públicos que fazem parte do Sistema de Proteção e Defesa Civil na participação da criação do PLANCON;
- Participar da elaboração das rotas de fuga das áreas de riscos citadas neste documento;
- Realizar um levantamento dos possíveis locais que servirão de abrigo em casos de desastres.

Resposta:

- Acionar o PLANCON sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto;
- Gerenciar os recursos de resposta no momento do desastre;
- Solicitar apoio de outros entes quando a capacidade de resposta municipal for insuficiente frente à magnitude do desastre.

17. ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA

Caberá a Secretaria Municipal de Defesa Civil a organização da cena, ativando preliminarmente as áreas com as definições:

a. Dos Abrigos;

b. Dos Pontos de Encontro;

c. Das Rotas de Fuga;

d. Das Áreas de Evacuação;

a) Abrigos

É o local ou instalação que proporciona hospedagem às pessoas necessitadas.

Os abrigos podem ser:

a. Permanentes: instituições públicas ou privadas destinadas à assistência para pessoas desamparadas socialmente.

b. Abrigo temporário: organizado em uma instalação fixa e adaptado para esta finalidade, por um período determinado e/ou específico.

Os abrigos podem ser utilizados com base nos seguintes casos:

I. Os Afetados: pessoas que tenham sido atingidas ou prejudicadas por um desastre.

II. Os Desalojados: pessoas que foram obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente suas habitações, em função de evacuação preventiva, destruição ou avaria grave decorrente do desastre e que não necessariamente precisa de abrigo provido pelo Sistema. Exemplo: casa de parentes e amigos.

III. Os Desabrigados: pessoas cujas habitações foram afetadas por dano ou ameaça de dano e que necessitam de abrigo provido pelo Sistema. Exemplo: não tem para onde ir.

Os abrigos são gerenciados pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

b) Dos Pontos de Encontro

É um local pré-determinado, situado na área externa da edificação e a uma distância segura do risco, onde todas as pessoas evacuadas devem se reunir após utilizarem a rota de fuga.

c) Rotas de fuga

São percursos a serem seguidos pelas pessoas no caso de necessidade de evacuação do local em que se encontram, em função do desastre. A população tem que conhecer opções para realizar sua fuga para locais seguros. Todo o detalhamento e funcionamento das Rotas de Fuga para os abrigos e áreas de risco estão descritos no Anexo I deste PLANCON.

18. RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Essas ações representam serviços de carácter emergencial prestados à população afetada, para restabelecer as condições de segurança e habitabilidade das áreas atingidas, no prazo mais curto possível, possibilitando o acesso aos serviços essenciais, tais como:

a. Distribuição e suprimento de energia elétrica;

b. Restabelecimento dos serviços de comunicação, transporte coletivo, esgotamento sanitário e limpeza urbana;

c. Desobstrução e remoção de escombros e entulhos;

d. Reabilitação das condições de trafegabilidade;

e. Restabelecimento da drenagem de águas pluviais, entre outras.

As ações de reabilitação são realizadas por diversas frentes, a iniciar pela Secretaria Municipal de Defesa Civil, respondendo à lógica de ações coordenadas. Cada serviço essencial é de responsabilidade de um órgão ou instituição que deve ser acionado para trabalhar conjuntamente com a Secretaria Municipal de Defesa Civil.

19. APROVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

Órgão	Função	Assinatura
Prefeitura	Prefeito	
Prefeitura	Chefe de Gabinete	
Secretária Municipal de Defesa Civil	Secretária	
Secretário Municipal de Trabalho e Assistência Social	Secretário	
Secretaria Mun. de Agricultura e Abastecimento	Secretária	
Secretária Municipal de Educação	Secretária	
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Secretária	
Secretário Municipal de Obras, Habitação e Urbanismo	Secretário	
Secretário Municipal de Saúde	Secretária	
Secretário Municipal de Serviços Públicos	Secretário	
Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana	Secretário	
Secretário Municipal de Estradas e Rodagens	Secretário	
Secretária Municipal de Proteção e Defesa Animal	Secretária	

20. DIVULGAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

A divulgação do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil é um aspecto essencial para garantir a transparência da gestão pública e o engajamento da sociedade nas ações de prevenção, preparação e resposta a desastres. O acesso público ao documento fortalece a participação social, permite que a população compreenda os riscos aos quais está exposta e conheça as ações previstas em caso de emergência.

Nesse sentido, o PLANCON finalizado deve ser disponibilizado ao público de forma acessível, em conformidade com os princípios da publicidade e da transparência previstos na legislação. A divulgação pode ocorrer por meio de portais eletrônicos da prefeitura e de instituições parceiras, bem como através da publicação em Diário Oficial, garantindo ampla visibilidade.

No entanto, é importante destacar que o PLANCON também contém informações sensíveis, como contatos diretos de autoridades, dados internos de logística e detalhes operacionais que, se divulgados de forma irrestrita, podem comprometer a segurança das operações ou a privacidade de agentes envolvidos. Por isso, recomenda-se a elaboração de duas versões do documento:

- Versão completa (restrita): Contém todos os dados operacionais, contatos institucionais, mapas de risco detalhados, planos de comunicação interna e listas completas de recursos e responsáveis. Essa versão deve estar disponível apenas aos órgãos e equipes diretamente envolvidos nas ações de resposta, como Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Secretarias Municipais, entre outros. O acesso deve ser controlado e garantido por meios seguros.
- Versão pública (ampla divulgação): Deve conter o conteúdo geral do PLANCON, como os objetivos, estrutura organizacional de resposta, fluxos de atuação, áreas de risco mapeadas e medidas preventivas, excluindo as informações sensíveis. Essa versão pode ser publicada nos canais oficiais da

administração pública e compartilhada com conselhos municipais, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral.

A elaboração dessas duas versões assegura o equilíbrio entre a transparência pública e a segurança das operações de emergência, permitindo que a população seja informada sem comprometer a eficácia das ações de resposta.

21. OPERACIONALIZAÇÃO

A operacionalização do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil ocorre sempre que são ativados os mecanismos de resposta a uma situação de risco, seja em um cenário real de desastre ou durante a realização de exercícios simulados. Isso pode envolver desde o acionamento de alertas e alarmes até a mobilização de equipes e recursos conforme os procedimentos definidos no plano.

Para garantir sua eficácia, é fundamental que todas as ações executadas estejam alinhadas ao que está descrito no documento final do PLANCON. O plano deve prever de forma clara os fluxos de atuação, os responsáveis por cada etapa, os protocolos de comunicação, a cadeia de comando e a utilização dos recursos disponíveis. A clareza e a objetividade desses elementos são essenciais para uma resposta rápida, coordenada e eficaz frente às emergências.

Durante a ativação do plano, seja por simulado ou em situação real, cada órgão ou instituição envolvida deve desempenhar seu papel conforme estabelecido previamente. Isso fortalece a integração entre os setores e permite uma atuação colaborativa, reduzindo falhas e sobrecargas.

Ao término da situação, seja um desastre real ou exercício simulado, é imprescindível que a experiência vivenciada seja utilizada como ferramenta de aprendizado. A equipe gestora do plano deve realizar uma avaliação crítica de todo o processo, identificando os pontos fortes, as fragilidades e as oportunidades de melhoria. Esse momento de análise deve alimentar um processo contínuo de revisão e aperfeiçoamento do PLANCON.

Além disso, recomenda-se que essa avaliação pós-evento ou pós-simulado seja registrada em relatórios específicos, contendo observações detalhadas, indicadores de desempenho, sugestões dos participantes e eventuais ajustes necessários. Dessa forma, o plano deixa de ser um documento estático e passa a refletir a realidade dinâmica do município, tornando-se cada vez mais eficaz na prevenção e resposta a desastres.

22. REVISÃO DO PLANO

Diante da natureza imprevisível dos desastres, é essencial que o Plano de Contingência esteja sempre atualizado. Embora essa seja uma tarefa desafiadora, ela pode ser realizada por meio de revisões periódicas. O próprio plano deve estabelecer com que frequência essas atualizações ocorrerão e quem será responsável por conduzi-las. Durante as revisões, é importante atualizar informações como:

- Contatos de emergência da equipe e dos órgãos de resposta (incluindo telefone fixo, celular, e-mail, entre outros);
- Dados relacionados ao transporte e à logística;
- Situação das estruturas destinadas ao atendimento emergencial;
- Relação de recursos disponíveis no município.

Além das revisões regulares, o PLANCON também deve ser reavaliado sempre que for colocado em prática, seja em uma ocorrência real ou em um exercício simulado. Isso permite analisar sua efetividade e verificar se os procedimentos adotados estão alinhados com a realidade local.

No caso dos simulados, é recomendado que o plano já contenha os cenários de risco que serão utilizados, a periodicidade desses exercícios e a definição clara dos responsáveis pelo seu planejamento. Tamanha é a importância dos simulados que o próximo capítulo será inteiramente dedicado a apresentar um passo a passo para sua realização.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**. Brasília, DF: ANA, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/ana. Acesso em: 12 jun. 2026.

AGÊNCIA PIAUÍ DE NOTÍCIAS. **Governo do Estado e Defesa Civil mobilizam força-tarefa em Picos após forte temporal**. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 14 jan. 2025. Disponível em: https://www.pi.gov.br/. Acesso em: 10 jun. 2026.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ (ADAPAPI). **Relatório Técnico da Produção Apícola no Semiárido Piauiense**. Teresina: ADAPAPI, 2024.

ALVARES, C.A. *et al*. Köppen's climate classification map for Brazil. **Meteorologische Zeitschrift**, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Gestão Integrada de Riscos e Desastres**. Brasília: MIDR, 2021. Disponível em: Portal Gov.br. Acesso em: 28 jul. 2026. [1]

CASTRO, C. A. G. *et al*. A centralidade urbana de Picos na Região Geográfica Imediata: comércio, serviços e entroncamento rodoviário. **Revista Katálysis**, v. 26, n. 1, p. 112-125, 2023.

CIDADES NA NET. **Carga de água oxigenada se desprende de caminhão e mobiliza bombeiros na BR-316 em Picos**. Picos, 15 out. 2019. Disponível em: https://cidadesnanet.com/. Acesso em: 20 mai. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Diagnóstico da agricultura familiar e horticultura no**

polo de Picos/PI. Brasília, DF: CODEVASF, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/codevasf. Acesso em: 26 jun. 2026.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). **Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa: Município de Picos, Piauí**. Teresina: CPRM/Serviço Geológico do Brasil, 2018. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/. Acesso em: 08 jul. 2026.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). **Diagnóstico do Município de Picos, Piauí.** Coordenação de Geologia e Recursos Minerais. Teresina: CPRM/Serviço Geológico do Brasil, 2004. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/. Acesso em: 06 jun. 2026.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ (CBMEPI). **Relatório Operacional de Combate a Incêndios Florestais: Comando Operacional de Picos/PI**. Teresina: CBMEPI, 2023.

FOLHA ATUAL. **Balanço das queimadas: Picos registra dezenas de incêndios em vegetação e terrenos baldios no segundo semestre**. Picos, 10 nov. 2024. Disponível em: http://www.folhaatual.com.br/. Acesso em: 10 jun. 2026.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 5. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). **Normais Climatológicas do Brasil (1991-2020).** Brasília, DF: INMET, 2022. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/. Acesso em: 7 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Picos: Histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/picos/historico. Acesso em: 7 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Programa Queimadas: monitoramento de focos de calor por município (Picos - PI).** São

José dos Campos: INPE, 2024. Disponível em: https://queimadas.dgi.inpe.br/. Acesso em: 7 jun. 2026.

MENDES, A. S.; MOURA, F. M. C.. Expansão urbana e riscos ambientais na cidade de Picos - PI. In: **XVII Encontro Nacional de Geógrafos**, 2012, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: AGB, 2012.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MIDR). **Guia Prático para Elaboração de Planos de Contingência Municipais (PLANCON).** Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Brasília, DF: MIDR, 2024.

MOLION, L. C. B.; BERNARDO, S. O. Uma revisão da dinâmica das chuvas no Nordeste Brasileiro. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 17, n. 1, p. 1-10, 2002.

MONTEIRO, J. F. *et al*. Análise do fenômeno "B-R-O Bró" e seus impactos no semiárido piauiense. In: **XXI Congresso Brasileiro de Meteorologia**, 2021, Campina Grande. Anais... Campina Grande: SBMET, 2021.

OLIVEIRA, P.V.; GUEDES, C.M.; SANTOS, M.V.M.; LIMA, T.A.; BARROS, O.A.; RODRIGUES, V.E.S. A Geodiversidade no Semiárido do Piauí: uma análise da literatura para a Região Geográfica Imediata Picos. **Terrae Didática**. v.21, p. 1-11, 2025.

PORTAL GP1. **Carreta com 60 mil litros de etanol tomba na BR-316 em Picos e motorista morre.** Teresina, 18 fev. 2025. Disponível em: https://www.gp1.com.br/. Acesso em: 6 jul. 2026.

SANTOS, L. S.; SOUSA, F. B. F. Análise dos riscos ambientais no transporte de produtos perigosos em entroncamentos rodoviários do Nordeste: o caso da BR-316 no Piauí. In**: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, 11., 2020, Belém. Anais... Belém: IBEAS, 2020. Disponível em: <ibeas.org.br>. Acesso em: 2 jul. 2026.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ (SEMARH). **Relatório de Fiscalização e Contingência Ambiental: Acidente com Combustível na BR-316, Município de Picos/PI**. Teresina: SEMARH, 2025.

SOUSA, F. W. A.; LIMA, I. M. M. F. Diagnóstico socioambiental da porção oeste da bacia hidrográfica do Rio Guaribas, Piauí. Revista da Academia de Ciências do Piauí, v. 2, n. 2, p. 87–104, jan./jun. 2021.

SOUSA, F. W. A.; LIMA, I. M. M. F. Degradação ambiental do Rio Guaribas no trecho urbano do município de Picos-PI. In: Geografia Física e as Mudanças Globais. 2019.

PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PICOS • PI

EXECUTIVA
CONSULTORIA & PROJETOS

PREFEITURA
PICOS